

Universidade do Minho
Instituto de Educação

Maria Rosalina da Silva Marques Fernandes

A Consciência Moral na Dialética Socrática

outubro de 2013



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Maria Rosalina da Silva Marques Fernandes

A Consciência Moral na Dialética Socrática

Relatório Estágio
Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário

Trabalho realizado sob a orientação do
Doutor Artur Manuel Sarmento Manso

outubro de 2013

DECLARAÇÃO

Nome: Maria Rosalina da Silva Marques Fernandes

Endereço eletrónico: rosalinafernandes@live.com.pt Telefone: 914337761

Número do Bilhete de Identidade: 9397615

Título do Relatório:

A Consciência Moral na Dialética Socrática

Orientador:

Doutor Artur Manuel Sarmento Manso

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado:

Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTES RELATÓRIOS APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, _____/____/_____

Assinatura: _____

"A consciência é o melhor livro de moral e o que menos se consulta."

Blaise Pascal (1623-1662), Filósofo e Matemático.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer ao meu supervisor de estágio, Doutor Artur Manso pela disponibilidade, orientação, compreensão e acompanhamento. O meu agradecimento à orientadora cooperante, a Professora Maria Clara Gomes pela sua exigência, rigor e profissionalismo que em muito contribuíram para a minha maturação como futura docente.

Os meus agradecimentos a todos os meus colegas de mestrado pela força, apoio e amizade que sempre me demonstraram.

O meu muito obrigada, aos meus amigos Paulo e Jorge, pela força e apoio que sempre me transmitiram.

O meu especial agradecimento a toda a minha família, à minha mãe, esta palavra diz tudo, ao meu pai que apesar de já não se encontrar entre nós, sei que onde quer que esteja está sempre comigo, às minhas irmãs, (Conceição e Rosa Maria) cunhados e sobrinhos pelo apoio incondicional, força, carinho, amizade, respeito, motivação que sempre demonstraram ao longo desta etapa da minha vida.

Por último, mas não menos importante a todos os que acreditaram em mim e tornaram possível esta fantástica experiência que encerra em si mesma a arte das artes que é a relação ensino/aprendizagem.

RESUMO EM PORTUGUÊS

O presente relatório de estágio intitulado *A consciência Moral na Dialética Socrática* foi efetuado no ano 2012/2013 na Escola Secundária de Alberto Sampaio numa turma de 10º ano. Utilizando como método a dialética socrática desenvolvi inicialmente alguns conceitos chave como moral, ética, consciência e consciência moral.

A introdução destes conceitos revelou-se importante para o cumprimento do objetivo principal que foi dar aos alunos uma maior noção, compreensão e interiorização do que é efetivamente a consciência moral e qual a sua importância no dia-a-dia. Para isso discuti com os alunos duas teorias importantes da filosofia moral; a utilitarista e a deontológica.

A análise e o debate sobre estas, permitiram-me através da metodologia acima referida, desenvolver nos alunos o espírito crítico e o raciocínio autónomo independente, sobre as temáticas abordadas.

Para além da introdução, da conclusão, da bibliografia e dos anexos, o relatório é composto por três partes, procedendo-se na primeira à investigação e ao desenvolvimento dos conceitos a tratar, na segunda à exposição das teorias que foram objeto de estudo e na terceira parte se procede ao enquadramento concetual, se estabelece a metodologia e os objetivos, bem como à análise dos resultados e à avaliação da totalidade do plano.

PALAVRAS CHAVE: Relatório de estágio, Consciência Moral, Dialética Socrática.

RESUMO EM INGLÊS

The present report, titled “*The Moral Consciousness in Socratic Dialectics*” was written in 2012/2013 at the Escola Secundária Alberto Sampaio in a 10th year class. Using socratic dialectics as a method, i started by developing some basic concepts such as morals, ethics, moral consciousness and conscience.

The introduction of these concepts as been revealed important for the fulfilment of the main objective, which was to provide students with better notions, understanding and comprehension of what a conscience is, and its importance in day-to-day living. To achieve that goal, two major theories of moral philosophy were presented to the students for discussion, the utilitarian and the deontological.

Analysis and debate over these subjects using the previously mentioned method have allowed for the development amongst the students of critique and autonomous, independent reasoning over these same subjects.

Apart from the introduction, conclusion, bibliography and annexes, the report is made up of three parts, in the first of which one investigates and develops the concepts that will be the subject of study and in the second one explains the theories being scrutinized, while in the third we proceed to frame the concepts, define the methods and objectives, such as the analysis of results and evaluate the completed plan.

KEYWORDS: Internship Report, Moral Consciousness, Socratic Dialectics.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO EM PORTUGUÊS	v
RESUMO EM INGLÊS	vi
INTRODUÇÃO	9
Parte I	12
1. Da <i>Douta Ignorância</i> à iluminação	12
2. A Moral e a Ética	13
3. Algumas perspectivas acerca da <i>Consciência</i>	15
4. A Consciência Moral	16
Parte II	24
1. Duas perspectivas de fundamentação da moral: a utilitarista/teleológica e a deontológica	24
Parte III	26
1. Enquadramento conceptual	26
2. Metodologia e objetivos	27
3. A Prática pedagógica	28
3.1. Método	38
3.2. Participantes	38
3.3. Instrumento	39
3.4. Análise dos resultados	40
Conclusão	47
Bibliografia citada	50
Sites consultados	51
Outra bibliografia	51
Anexos	53
Anexo 1 - Projeto de intervenção	54
Anexo 2 - Ficha sociométrica da turma (recolha de alguns dados).....	65
Anexo 3 - Exemplo de planificações.....	67
Anexo 4 - Exemplo de materiais para lecionação	70
Anexo 5 - Exemplo de uma ficha qualitativa	73
Anexo 6 - Exemplo de uma ficha quantitativa.....	75

Anexo 7 - Exemplo de um guião de aula	77
Anexo 8 - Exemplo de um cartaz de atividades extracurriculares realizadas na escola no âmbito da filosofia	78
Anexo 9 - Ficha questionário aplicada aos alunos para investigação.....	79

INTRODUÇÃO

Com o presente projeto, pretendi abordar conteúdos temáticos presentes no programa de Filosofia do 10ºano, a saber: a ação humana, os valores, valores e cultura, ética e moral e as perspectivas da fundamentação da moral (ética deontológica e ética teleológica ou utilitarista). Este estudo foi concebido para perceber qual o papel da consciência moral na vida prática dos alunos e se os conteúdos lecionados na disciplina de Filosofia, são um veículo transmissor de conhecimento que preparam os alunos para a convivência em sociedade e a resolução dos problemas práticos do dia-a-dia.

A lecionação de qualquer disciplina apresenta um grande desafio e responsabilidade para o docente, lecionar não é um mero debitar de conteúdos, mas sim encontrar o melhor método de captação da atenção dos alunos e a melhor explicação para todos e cada um. A lecionação da filosofia apresenta um vasto leque de temáticas intrínsecas à existência humana, de modo que se deve tentar tirar o máximo partido e cuidado, uma vez que estamos a formar cidadãos para o futuro.

Com esse intuito optei por fazer a descrição em três partes distintas.

Na primeira parte, descrevo e desenvolvo a base de execução deste projeto que é a dialética Socrática, a sua origem, em que consiste e o porquê da sua utilidade.

Na segunda, desenvolvo os conceitos como ética e a moral que constituem a razão de ser deste trabalho, tendo em consideração a relação existente entre os dois e o desenvolvimento da mesma ao longo da história, assim como a sua relação com diversas vertentes do dia-a-dia e a importância da presença destes, na tomada de decisão de cada indivíduo nas situações do quotidiano. Estes conceitos, assumem maior relevância na medida em que um dos meus principais objetivos foi incutir nos alunos a verdadeira noção da sua importância nas decisões, que estes tomam diariamente.

De extrema importância no cumprimento dos objetivos a que me propus, é a noção do conceito de consciência moral. Considerei a sua definição em diversos campos como a psicologia, filosofia, religião ou ciência, para fazer notar que apesar das diversas visões está intimamente relacionada com a existência humana. Devido a esta ligação, para que entendamos o que é a consciência atualmente, é necessário rever o

desenvolvimento da mesma ao longo do tempo e os diferentes fatores que a influenciam em diferentes ocasiões.

Por fim chego à definição do conceito fulcral deste projeto: Consciência Moral, tratando as suas várias componentes, a maneira como esta aparece e se desenvolve na formação dos jovens e futuros adultos e os fatores do quotidiano que podem facilitar ou dificultar a sua inculcação na vida de cada um. Para uma compreensão mais aprofundada e completa do que é a consciência moral em toda a sua extensão foi importante explorar a intencionalidade das ações e o altruísmo por detrás das mesmas, contrariamente ao que defende o egoísmo psicológico, assim como entender a influência exercida pela axiologia. Ambos os temas foram discutidos e desenvolvidos com os alunos.

Outo elemento, importante, considerado na exploração desta temática (consciência moral) foi o determinismo, pois levou-nos á exploração das teorias compatibilista e incompatibilista que nos fazem focar na responsabilidade e liberdade, que vêm associadas a toda e qualquer ação que, por si, são dois conceitos intimamente ligados à consciência moral.

Procurei instigar nos alunos um pensamento crítico, analítico e construtivo relativamente a todos os tópicos acima mencionados, para os quais utilizei exemplos práticos e questões específicas associadas a cada tema.

Numa segunda parte distingui duas abordagens distintas, a utilitarista/teleológica e a deontológica, nas suas virtudes, defeitos e aplicabilidade. Depois de uma contextualização histórica e prática, procurei desenvolver as características utilitarista para que esta pudesse ser entendida, interiorizada e avaliada pelos alunos, dentro da sua noção de certo e errado, para tanto usei certas questões e dilemas com o intuito de promover a sua participação, envolvimento e espírito crítico.

Relativamente á teoria deontológica de Kant, segui o mesmo raciocínio. Depois de uma contextualização histórica e prática, procedi à apresentação de dilemas e questões que ajudaram os alunos a interiorizar a teoria e a identificar as suas inconsistências.

A finalidade deste projeto, sugere a apreensão/compreensão e aplicabilidade dos seguintes conceitos:

- Distinção concetual entre moral, ética, intenção e norma.
- Compreensão da indissociabilidade da relação consigo mesmo e no agir ético com os outros e instituições.
- Questionamento da fundamentação da moral e dos critérios de apreciação da moralidade dos atos humanos, contrapondo a análise comparativa de duas perspetivas filosóficas.
- Compreensão/diferenciação da liberdade moral, responsabilidade e da consciência moral.
- Aplicação dialógica/socrática no critério de valoração do agir humano.

Na terceira e última parte, expresse o enquadramento conceptual, a metodologia e objetivos, bem como a análise dos resultados.

Para a comparação e avaliação do desenvolvimento da opinião e domínio de constructos relativos à matéria foi administrado um questionário antes e depois da mesma ser lecionada.

Parte I

1. Da *Douta Ignorância* à iluminação

A dialógica Socrática apresenta uma forma privilegiada de diálogo. A maiêutica apresenta-se como a “arte” de dialogar, onde Sócrates (c. 470-399 a. C.) se pauta pela premissa “só sei que nada sei”, com a finalidade última, levar através do diálogo os seus discípulos a aprenderem a construir por si próprios o seu conhecimento. Este processo baseia-se na pergunta/resposta, partindo da ironia aqui entendida, como um esmiuçar e limar de arestas até à iluminação ou luz, ou seja, à construção e produção de conhecimento. Este processo é orientado por um mestre que pouco ou nada sabe de determinado assunto, uma vez que assume a *Douta Ignorância*.

A ironia socrática baseia-se numa espécie de instigação primária para delimitar um conceito, contradizendo-o e refutando-o. Sócrates não tinha intenção de constranger o seu interlocutor, mas sim clarificar o seu pensamento, desfazendo ilusões e ideias pré-concebidas. Não tinha o intuito de ridicularizar, mas de fazer brotar o conhecimento. Mas para que isso fosse possível era necessário que o interlocutor/público-alvo (discípulos) abandonassem os seus pré-conceitos e a relatividade das opiniões alheias que eram generalizadas e passassem para um estágio de pensamento pessoal e independente, isto é, um modo de ver, agir, pensar e refletir por si mesmos. Esse exercício ficou conhecido como maiêutica, que significa a arte de “parir”, “dar à luz” intelectual, neste caso mais propriamente “gerar/parir ideias”, procura da verdade no interior do ser humano. Assim, ironia e maiêutica constituíam, por excelência, as principais formas de atuação do método dialético de Sócrates, desfazendo equívocos e desvendando subtilezas que permitiam a introspeção e a reflexão interna, proporcionando a criação de juízos cada vez mais fundamentados no “logos” ou razão.

Foi este método de pergunta/resposta, o método socrático que utilizei na minha prática para incitar os discentes a revelarem o seu espírito crítico e reflexivo.

2. A Moral e a Ética

Etimologicamente, moral provém do latim “mores” que significa hábitos ou costumes; por outro lado, a ética resulta do grego “ethos” que significa maneira de proceder, de se comportar, costume e caráter. Usualmente, diferentes investigadores como Tomas Nagel (1999), Peter Singer (2004), James Rachels (2004), defendem que estes dois conceitos designam a mesma coisa (de facto, consideramos que o fio que os separa, aparentemente, é bastante ténue). No entanto, Cortina (2006) apresenta a possibilidade de separação destes dois conceitos distintos de reflexão filosófica. No que respeita às ações humanas orientadas por normas morais apresenta-se como sendo do foro da moral, no que concerne ao conjunto de normas e juízos morais vigentes numa determinada sociedade é tutelada pela competência da ética enquanto reflexão de primeiro nível sobre a moral. No fundo, a moral prende-se com o conjunto de normas instituídas numa sociedade e as atitudes bem como os comportamentos que o sujeito tem perante essas mesmas normas. A ética relaciona-se com a reflexão que o sujeito faz acerca do conjunto das mesmas, vigentes numa determinada sociedade.

Não poderia deixar de referir um aspeto que considero relevante e pertinente no âmbito da moral, que se prende com o facto da conduta e agir humanos, estarem arraigados à religião, isto é, serem pautados pelo modo do dever ser, dever agir como mandam os livros sagrados ou outras formas diferentes de vida, como o budismo. O certo e o errado, o bem e o mal apresentam traços muitos vincados pela religião ainda nos dias de hoje, como acontece com vários problemas/dilemas que vivemos quotidianamente como por exemplo o aborto, a eutanásia ou a pena de morte, entre tantos outros. Brunner (1947) dizia que “O bem consiste em fazer sempre o que Deus quer em qualquer momento”, refletindo, assim, o tipo de sentimento vivido por muitos católicos ainda nos dias de hoje, ou seja, obedecer aos mandamentos divinos proferidos pela igreja católica. Acredito que as pessoas que receberam uma educação mais austera inculcada pela religião católica, ainda fomentem esta forma de pensar e agir, mas não existem apenas católicos, segundo Musashi Miyamoto (1608) “Eu respeito as divindades. Mas não me baseio nelas”.

Os jovens de hoje que praticam o catolicismo, não encaram de forma tão austera a religião e a moralidade, aliás, penso que conseguem estabelecer a fronteira sobre o que é do domínio da religião e o que é do domínio da moral. No entanto, os demais parecem

carecer de noções sólidas e concretas sobre o que é a moral/ética. A sociedade dos dias de hoje parece cada vez mais perdida e incapaz de apreender os valores e princípios que deveriam reger as suas ações.

“Desde o nascimento da filosofia tem-se procurado encontrar paulatinamente uma distinção entre dois níveis lógicos: o da moral e o da filosofia moral, que, em repetidas ocasiões, tem recebido o nome de «ética». Ao primeiro de ambos os níveis correspondem aqueles códigos e juízos que pretendem regular as ações concretas dos homens, oferecendo normas de atuação com conteúdo para a pergunta «que devo, como homem, fazer?». (...)

Este tipo de reflexão ligada ao agir humano concreto expressa em juízos prescritivos recebeu habitualmente o nome de «moral» e é tão antigo como a humanidade. No entanto, o nascimento da Filosofia trouxe consigo a configuração progressiva de um segundo nível reflexivo acerca dos já existentes juízos, códigos e ações morais que recebeu como denominações mais comuns as de «filosofia moral» e «ética». (Cortina, 2006: 81).

A ética é uma disciplina tradicional da filosofia, também conhecida por filosofia moral, que se propõem refletir e compreender a moral com vista à fundamentação última do agir humano. Dentro deste âmbito podemos falar da ética normativa, da ética aplicada e da metaética. A primeira, procura encontrar os princípios morais fundamentais que orientam a conduta humana, aqueles que permitem distinguir as ações corretas das incorretas (bem/mal), questionando, ainda, as regras e os princípios a adotar para se saber distinguir o certo do errado. A segunda, analisa casos particulares como: a eutanásia, a guerra nuclear, o aborto, o tratamento às minorias étnicas entre outros na tentativa de indicar soluções para esses problemas. Por último, a metaética, distingue-se das outras duas não só por ser mais abstrata, mas também por não possuir um carácter normativo/descritivo. Nesta área, o objetivo não é saber o que devemos fazer ou valorizar, isto é, não é defender determinados juízos morais, mas sim discutir o que querem dizer os nossos juízos morais e como podemos avaliá-los, procurando descobrir a origem, a natureza e o significado dos princípios éticos.

Com o estratagema de cariz prático/reflexivo e dialógico, pretendi despertar as consciências dos discentes não só para a distinção entre o bem e o mal, o certo e o errado, como também o esclarecimento do que é a moral e a ética, por conseguinte como se constrói a consciência moral. Através da exposição dos conteúdos acima mencionados e do método socrático, tentei conduzir os alunos à reflexão sobre a importância do enquadramento moral/ético nas suas experiências quotidianas, com

exemplos concretos da sua atividade humana. A exigência proposta consistia no despertar para uma consciência moral (já existente) feita a partir de exemplos vividos e pela compreensão daquilo que eles entendem como valores; como os apreenderam, como são aplicados e hierarquizados, bem como ou qual o uso que fazem deles na sua experiência pessoal, interpessoal e intrapessoal.

Segundo Miguel A. Gomes (1993), a idade moderna hipervalorizou a racionalidade da existência humana - hoje temos o contrário - ou seja, os afetos acabam por ter um peso excessivo em detrimento da atividade reflexiva. Quando os sentimentos se sobrepõem à razão abrem caminho para o subjetivismo, logo para o relativismo moral.

3. Algumas perspectivas acerca da *Consciência*

O termo consciência é utilizado em áreas distintas, no entanto o seu significado é convergente em quase todas elas.

Em psicologia a consciência é a capacidade do ser humano exprimir sentimentos perante situações de impasse, isto é, quando determinada pessoa não age em conformidade com os seus valores conduzindo-a a sentimentos como o remorso ou a culpa perante determinada ação por si preconizada.

No âmbito da filosofia a consciência é analisada quanto aos juízos que são proferidos - se são a priori ou a posteriori - isto é, se estes resultam antes ou depois da ação e se esses juízos resultam da razão humana não sendo influenciados por algo exterior a ela, como por exemplo: sentimentos e emoções.

Em termos religiosos a consciência é algo transversal a todos os seres humanos, independentemente do credo que praticam, ou seja, é uma espécie de energia divina que não se coaduna com aspetos da vivência humana, onde a ação a praticar não se rege por juízos humanos mas sim pelo credo em que se filia.

Para a ciência, a consciência é a expressão de um cruzamento entre os genes de cada indivíduo e a apreensão que cada pessoa vai fazendo dentro de determinada cultura.

Por conseguinte, podemos concluir que a consciência parece ser algo que não apresenta uma dimensão física e que no senso comum aparece traduzida como uma

espécie de “voz interior” ou iluminação do indivíduo, quando confrontado com determinado facto ou ação da qual resulta um conflito. A consciência nas mais variadas áreas do saber, apresenta-se como algo intrinsecamente arraigado à existência humana, ou seja, de todas as espécies e formas de vida, a consciência parece ser exclusiva do ser humano.

Moralmente falando, a consciência é a capacidade intelectual que o ser humano tem de distinguir o certo do errado, da qual resulta a reflexão sobre as normas e as condutas sociais (ética). Cada um de nós na medida em que vai crescendo, tende a adotar como modelo aqueles com quem vive e convive de forma mais íntima, como é o caso dos pais, outros familiares e amigos.

Quando falamos em crise de valores devemos em primeiro lugar distinguir valores essenciais de pseudovalores: “A Pós modernidade não é a desvalorização de todos os valores, mas a desvalorização dos valores ‘supremos’ e das grandes cosmovisões”. (Gomes, 1993: 465). Esta crise de valores levou o ser humano a viver cada vez mais isolado, a viver para o individualismo. A permissividade apresenta-se como pano de fundo de onde emerge a necessidade do ser humano definir para si o que é bom ou mau, o que o faz feliz ou infeliz. De tudo isto resulta a ausência de consideração para com os seus semelhantes e a concentração de todas as energias na realização do próprio desejo. O egoísmo tornou-se uma arma poderosa para alcançar aquilo que muitos apelidam de felicidade e esta é vivida no presente, pois o passado e o futuro parecem não ter qualquer importância, o que importa é saciar o imediato. As novas tecnologias da informação vieram contribuir em grande escala para este tipo de vivência. Os pais de hoje vivem no limbo. Em família o pequeno-almoço, almoço ou jantar é um luxo de muito poucos. Pais e filhos não têm tempo para ‘estarem’, se relacionarem, conversarem, trocarem ideias ou falarem simplesmente de projetos.

4. A Consciência Moral

A consciência moral não é inata, vai-se construindo e depende de variáveis: social, familiar, psicológica, escolar e grupal entre outros; pode ser descrita como uma voz interior ou juiz que nos alerta, sanciona, reprime apontando-nos o “sim” e o “não”, é suportada na razão e em valores escolhidos de forma livre e racional.

A consciência moral tem um elemento afetivo. As relações interpessoais manifestam na consciência uma componente emocional muito forte capaz de estimular a ação humana do mesmo modo que a razão. Por vezes, esta, junta-se à razão colaborando e reforçando o seu papel, ou em contrapartida, opondo-se-lhe e entrando em conflito com ela. Assim, quer os sentimentos positivos de amor, amizade, simpatia e fraternidade; quer os seus contrários, manifestam uma “lógica” própria que interfere de modo significativo na ação.

A consciência moral tem uma componente social que deve ser trabalhada no ambiente escolar, pois é na interação com os outros que a consciência moral se vai formando. O seu desenvolvimento passa pela interiorização de um “dever-ser” que lhes vai sendo apresentado pelos diferentes agentes: família, escola, média, grupo de pares, instituições, etc., no decorrer do processo de socialização. A consciência moral é um processo evolutivo que acompanha o ser humano ao longo da sua existência. Enquanto seres sociais e nascidos em uma família nuclear, propagam-se os valores adquiridos ao local onde geograficamente estamos inseridos e à respetiva cultura envolvente. Se a transmissão de valores acontece primeiramente na família nuclear, estes são propagados pela sociedade de inserção, nomeadamente; escola e núcleo de amigos, entre outros. A fase que parece ser mais decisiva e crucial na captação de valores ocorre na adolescência, pois esta é uma fase decisiva de afirmação dos jovens para consolidar conceitos e características que farão a diferença na sua afirmação como adultos. Neste estágio da vida humana, acresce a importância e responsabilidade dos educadores enquanto agentes formadores, aumentando por isso a dificuldade e o desafio inerentes ao processo de ensino/aprendizagem.

Vivemos numa era de grande complexidade, uma vez que com os avanços tecnológicos os meios de propagação da informação e comunicação social, apresentam as mais variadas roupagens e nem sempre a informação é transmitida e assimilada da melhor forma, uma vez que sucedem em catadupa e nem sempre os pais conseguem filtrar o que os seus filhos visualizam na televisão e internet. A adolescência pela sua irreverência leva muitas vezes a que os jovens se sintam atraídos por assuntos complexos que carecem de um acompanhamento permanente, vigilante e reflexivo. Estamos, pois, perante a formação e transição da personalidade do adolescente para a vida adulta. Esta fase não é mais importante do que as outras etapas do crescimento humano, no entanto é reconhecida, pelo senso comum, como a fase “difícil” quer para

os jovens quer para os educadores. A imagem e o som apresentam-se como armas poderosas, uma vez que entranham pelo lado mais inconsciente da compreensão imediata que são os sentidos. No entanto, este tipo de informação nem sempre é cristalina e transparente, o que pode conduzir a uma existência superficial sem necessidade de grande reflexão.

O meu intuito foi, sempre, colocar aos alunos desafios dialógicos em que a finalidade última era desenvolver neles a capacidade de refletir de forma livre, autónoma e consciente. Assim tentei, com eles, perseguir os seguintes objetivos: a) a noção de consciência de si próprio e do outro; b) como se forma a consciência; c) quais as variáveis que lhe são adjacentes e subjacentes; d) que desafios a sociedade circundante apresenta em situações do quotidiano. Como é convicção de alguns estudiosos:

“O indivíduo pós-moderno, submetido a uma avalanche de informações e de estímulos difíceis de estruturar, faz da necessidade virtude e opta por uma vagabundagem incerta de umas ideias a outras. (...) O pós moderno não se agarra a nada, não tem certezas absolutas, nada o surpreende e as suas opiniões são suscetíveis de modificações rápidas.” (L. Gonzales- Carvajal, 1991: 464).

Parece haver uma predominância dos afetos sobre o racional. Em linguagem jovem, vive-se na “crista da onda” mesmo que essa “onda” seja fictícia, dando a sensação que “O homo-sapiens foi substituído pelo homo sentimental” (L. Gonzales-Carvajal, 1991: 464). É por isso que este autor apela ao equilíbrio entre o sentimento e a razão, reconhecendo o lugar da real importância que os dois apresentam para a formação do indivíduo. Se atribuirmos demasiada importância aos sentimentos em detrimento da razão, poderemos cair no subjetivismo e relativismo morais. A crise de valores pode conduzir o ser humano ao individualismo, ao consumismo e ao egoísmo. A vivência em sociedade torna-se desumanizada pois cada um vive em função dos seus prazeres e necessidades pessoais, à medida que os outros lhe passam despercebidos. Pensar e refletir parece ser uma tarefa cada vez mais difícil, uma vez que o tempo é desperdiçado com raciocínios supérfluos e desnecessários:

“Esta filosofia de vida reflete-se muito nos jovens, que se atordoam nas fortes sensações do quotidiano (discotecas, viagens, evasão...) e revelam dificuldades acrescidas em fazer projetos estáveis e duradouros. Consta-se, por isso, frequentemente, a tendência em assumir o ‘provisório’ como estado de vida permanente.” (Gomes, 1993:465).

De um modo geral, a consciência moral apresenta sentimentos de tranquilidade e serenidade, quando agimos de acordo com ela; se fizermos o oposto do que “ela nos orienta” surgem sentimentos de insegurança, arrependimento, desconforto e até remorso. Por isso, é importante “inquietar” o espírito dos adolescentes para que possam ser capazes de se tornarem pessoas com pensamento autônomo, livre, responsável, tolerante e respeitador do seu semelhante, uma vez que a consciência moral é mediadora entre o pensamento individual, a lei geral e a ação particular:

“Para além da simples percepção dos seus atos internos (consciência psicológica), a consciência moral submete-se a uma norma segundo a qual os aprecia e julga. Enquanto aquela é uma testemunha que se limita a registar os acontecimentos, esta é não só um legislador que prescreve e proíbe, mas sobretudo um juiz que censura e aprova. Mediadora entre a lei geral e a ação particular, a consciência moral desempenha simultaneamente as mais diversas funções: antes da ação (consciência antecedente) é legisladora e guia; durante a ação (consciência concomitante), força estimulante e moderadora; depois da ação (consciência consequente), testemunha e juiz. Testemunha, a consciência moral reconhece-se autora dos seus atos e deles responsável enquanto por ela livremente postos. Juiz, porque sanciona, aprovando ou condenando. (...) Os próprios sentimentos através dos quais se exprime (pesar, remorso e arrependimento) a revelam como promotora e salvaguarda vigilante de uma ordem que a transcende e ao mesmo tempo a constitui (...). Ela mesma se constitui primeira sanção: a obediência ou não obediência às suas prescrições cria o sentimento da pacificação ou divisão interior (boa ou má consciência)” (Freitas, 1992: 1136-1137).

Qualquer ação humana envolve um agente e estados mentais, que lhe são inerentes como as crenças, os desejos e motivações. Os estados mentais são uma espécie de “apetites” que necessitam de ser saciados. Por isso tentei mostrar aos alunos que nem sempre os nossos apetites são os mais saudáveis, necessitando de algum distanciamento para optarmos pelo que é mais correto e não pelo que nos é mais fácil. A melhor maneira de compreender a complexidade da ação humana, reside em saber distinguir o que fazemos do que nos acontece, se um ato é voluntário e consciente ou involuntário e inconsciente. Só são atos livres aqueles que o sujeito realiza com intenção, de forma livre e responsável.

Um acontecimento é algo que ocorre num determinado espaço e durante um período de tempo, todas as ações são acontecimentos, mas nem todos os acontecimentos são ações, pelo menos ações humanas nos quais nós não intervimos, como por exemplo: um terramoto, um tsunami, fazer chuva ou sol, não estão condicionados pela escolha do sujeito, pois trata-se de acontecimentos naturais sobre os quais não temos qualquer tipo de controlo. As ações também podem ser intencionais e não intencionais, por exemplo:

- 1) A Ana levantou o braço - Intencional
- 2) A Ana votou a favor da proposta do Miguel - Intencional
- 3) A Ana inadvertidamente partiu o nariz da Joana - Não intencional.

Os acontecimentos descritos nas afirmações 1 e 2 são ações uma vez que consistem em algo que o agente faz intencionalmente. Levantar o braço e votar a favor da proposta do Miguel são coisas que a Ana fez intencionalmente, assim esses acontecimentos são ações. Por outro lado, partir o nariz da Joana foi algo que a Ana fez sem intenção ao levantar o braço para saudar uma amiga à distância e por isso, esse acontecimento não é uma ação. Chegamos assim a uma conclusão contraditória: porque o mesmo acontecimento (levantar o braço) é e não é uma ação, como explicar a contradição?

A perspetiva apresentada pela filósofa inglesa G.E.M. Anscombe (1919-2001), citada no manual adotado pela escola *A arte de Pensar* apresenta uma forma de ultrapassar esta situação. Na perspetiva desta autora, um acontecimento em si nunca é intencional: pode ser intencional sob algumas descrições, mas não o ser sob outras. Tendo em conta os exemplos acima descritos, em 2 é intencional e 3 é não intencional, o voto numa proposta é intencional, mas não é intencional quanto, inadvertidamente, se quebra o nariz a alguém. A solução reside no seguinte: um acontecimento é uma ação se é intencional sob pelo menos uma descrição verdadeira. Explica-se uma ação indicando as crenças e os desejos do agente que provocaram ou originaram essa ação. A parte integrante da rede concetual da ação que compreende: o agente; a intenção – o que se quer fazer; o motivo – por que razão se age desta ou daquela maneira; a decisão – deliberação; o resultado – o agente concretizou o fim a que se propôs; as consequências – que refletem o resultado da ação em nós e nos outros.

Muitas ações são explicáveis em termos do interesse pessoal do agente, isto é, quando alguém age em função de obter benefício em proveito próprio. Perante esta postura entramos no domínio do egoísmo psicológico. A pessoa egoísta é aquela que se preocupa mais consigo do que com os outros. O egoísmo psicológico diz-nos que todas as ações são explicáveis pelo interesse pessoal, cada um faz apenas aquilo que julga ser mais vantajoso para si próprio.

Admitindo que é verdade que só fazemos o que mais desejamos, será que esses atos são todos egoístas? Para que os alunos explorassem de forma mais abrangente esta temática propus o seguinte raciocínio: queres ajudar o teu colega a preparar-se para o teste de filosofia e decides fazê-lo, será que o teu ato é egoísta? Para um defensor do egoísmo psicológico, ajudas o teu colega porque esperas receber algo em troca. Estamos perante uma teoria meramente descritiva, uma vez que nem sequer nos diz como devemos agir, mas tão-somente como agimos. Será que agimos sempre de modo egoísta? Não seremos capazes de ter uma atitude altruísta? O egoísta psicológico sabe que somos capazes de ter este gesto, mas vê-o sempre sob o prisma do interesse. Para os defensores do egoísmo psicológico quando agimos voluntariamente, fazemos sempre aquilo que nós próprios mais desejamos. Como tal somos todos egoístas. Sempre que fazemos bem aos outros, isso dá-nos prazer. Por isso, só fazemos bem aos outros para sentirmos prazer, logo significa que somos todos egoístas.

Analisando criticamente a perspetiva do egoísmo psicológico mesmo que seja verdade que em todos os atos voluntários as pessoas se limitem a fazer aquilo que mais desejam, não significa que todos os atos sejam egoístas:

“O que determina se alguém é ou não egoísta é o *objeto* do desejo. O simples facto que estou a agir segundo os meus desejos não significa que esteja a agir de uma maneira egoísta; isso depende daquilo que eu desejo. Se eu desejar apenas o meu próprio bem e não me preocupar nada com os outros, então sou egoísta; mas se eu também quiser que outras pessoas vivam bem e sejam felizes, e se agir segundo esse desejo, então a minha ação não é egoísta”. (Rachels, 1971: 461- 462).

A axiologia é a disciplina filosófica que se ocupa do estudo dos valores. Quando abordamos a temática dos valores não podemos deixar de especificar duas situações

distintas: a primeira pertence à natureza dos valores e a segunda define a relação valores-ser humano:

"Valoramos as mais diferentes coisas. O nosso valor recai sobre todos os objetos possíveis: água, pão, vestuário, saúde, livros, homens, opiniões, atos. Tudo isso é objeto das nossas apreciações. E nelas encontramos já as duas direções possíveis de todas as nossas valorações. Isto é: os nossos «juízos» de valor ora são positivos, ora negativos; umas coisas parecem-nos valiosas, outras desvaliosas." (Hessen, 1974: 40).

Para explorar a temática da experiência valorativa, propus aos alunos construir uma definição daquilo que julgavam ser valores. A definição apresentada foi sendo construída paulatinamente. Primeiro, os discentes apreenderam que existem dois tipos de juízos: os de facto e os de valor. Os juízos factuais comportam argumentos possíveis de averiguação empírica, *contra factos não há argumentos*, logo estes podem ser avaliados como verdadeiros ou falsos, são descritivos, claros/objetivos e a sua veracidade pode ser reconhecida por todos. Os juízos de valor atendem ao lado subjetivo do ser humano, pois quando ajuizamos sobre algo ou alguém temos em consideração um conjunto de variáveis (religiosas, éticas, estéticas, culturais...) que variando de indivíduo para indivíduo são impossíveis de verificar empiricamente ou atestar a veracidade ou falsidade. Contrariamente aos juízos de facto estes são avaliativos da realidade.

Contudo e sob a perspectiva da ciência todos os acontecimentos do universo estão determinados, logo se as ações são acontecimentos também estão determinadas, mas se assim for então não somos livres! Onde paira a liberdade humana? Será apenas uma impressão ilusória?

Começo por fazer alusão ao determinismo, pois esta teoria refere que todos os acontecimentos estão causalmente determinados pelos acontecimentos anteriores e pelas leis da natureza - cadeia causal. A cada causa segue-se um efeito e assim sucessivamente. No entanto, existem condicionantes da ação, que influenciam a nossa vida mas não a determinam, condicionantes histórico-culturais e condicionantes físico-biológicas. Sugeri o seguinte exemplo para análise e discussão: A Joana cresceu numa cultura racista e isso pode influenciá-la a aceitar o racismo, mas nada a impede de

rejeitar essa posição se estiver informada sobre as razões que levam outras pessoas a fazê-lo. Se as condicionantes fossem determinantes, então estaríamos logo à partida determinados. Surge portanto o problema do livre-arbítrio. Como compatibilizar a crença de que todos os acontecimentos, incluindo as ações, são causalmente determinados segundo leis da natureza, com a crença de que o ser humano é livre e responsável pelas ações? Perante este problema considera-se que existem duas vias possíveis de resposta: a teoria incompatibilista e a teoria compatibilista.

A corrente incompatibilista defende a incapacidade de prevermos fenómenos que ocorrem para lá do nosso controlo e que influenciam as nossas ações, o que nos leva a ter que considerar noções, como o acaso e o aleatório. A existência do acaso poderá por si só retirar toda e qualquer responsabilidade do agente relativamente às suas ações:

"O indeterminismo ao nível das partículas na física não é, efetivamente, um apoio para qualquer doutrina da liberdade da vontade; porque, em primeiro lugar, a indeterminação estatística ao nível das partículas não mostra qualquer indeterminação ao nível dos objetos que nos afetam - corpos humanos, por exemplo. E, em segundo lugar, mesmo se existe um elemento de indeterminação no comportamento das partículas físicas - mesmo se elas são previsíveis estatisticamente - apesar de tudo, e se não dá por si mesmo livre curso à liberdade humana da vontade; pois, do facto de as partículas serem indeterminadas apenas estatisticamente não se segue que a mente humana possa forçar as partículas estatisticamente determinadas a desviarem-se do seu caminho (...). Assim, parece realmente como se tudo o que sabemos acerca da física nos forçasse a alguma forma de negação da liberdade humana." (Searle, 1997: 106).

A tese compatibilista valoriza a responsabilidade humana e a liberdade na escolha das ações, apesar de não contrariar a ideia do determinismo, isto porque o agente pode não controlar o que acontece à sua volta, no entanto pode usar esses acontecimentos aleatórios como fonte de informação para definir conceitos básicos da sua realidade, validando a existência do livre - arbítrio. A existência do aleatório não só não anula o livre - arbítrio como permite a sua utilização e desenvolvimento.

Podendo considerar-se o livre - arbítrio e o acaso como dois extremos opostos da mesma realidade - enquanto plano existencial - não se pode ignorar o facto de que a realidade das opções e escolhas dos agentes, está numa posição intermédia entre estes dois extremos sendo influenciada por fatores como a liberdade moral e responsabilidade individual e coletiva.

Parte II

1. Duas perspectivas de fundamentação da moral: a utilitarista/teleológica e a deontológica.

Ambas as perspectivas se enquadram no contexto histórico e cultural da idade moderna, com origem no Renascimento e um novo enfoque no iluminismo do Séc. XVIII, quando surge uma nova concepção do indivíduo e da sociedade.

O homem, definitivamente, passa a ser entendido como um ser pensante, capaz de usar a razão para conhecer e transformar a natureza que o circunda, assim como para organizar as relações sociais. Usar a razão significa ser autónomo e livre, quer na esfera privada, quer na pública, quer nas relações intersubjetivas. A confiança que o movimento das luzes trouxe à razão humana, obrigou naturalmente a pôr em causa antigas formas de justificação política e moral, fortemente enraizadas em pressupostos religiosos.

Como ponto de partida tomemos a seguinte formulação do problema da fundamentação da moral: O que é que faz com que uma ação seja boa? Ela é boa porque uma vez realizada, promove o bem de alguém? Ou será que é boa em si mesma, independentemente do bem que possa promover?

“Existem duas concepções distintas da moral: a teleológica e a deontológica. As morais teleológicas (por exemplo, a Aristotélica ou a utilitarista) consideram as consequências dos nossos atos e julgam estes por aquelas [ou seja, pelas suas consequências]. Recomendam-nos que façamos uma, coisa em vez de outra, porque a primeira contribuiu mais para a nossa felicidade (ou a dos outros) do que a segunda. As morais deontológicas (como as religiosas, muitas das políticas, a Kantiana, etc.) julgam as nossas ações independentemente das suas consequências e da sua contribuição para a felicidade, e em função de presumidos deveres ou valores objetivos, que o moralista deontológico diz captar.” (Mosterín, 1987: 34).

O utilitarismo clássico defende o hedonismo, isto é, a total ausência de dor ou sofrimento. Ao remontarmo-nos à antiguidade verificamos que o hedonismo se encontra associado aos Cirenaicos e aos Epicuristas na defesa de uma vida de total prazer que se apresenta como o único bem e objetivo último do ser humano, que agora se expressa de

três formas: hedonismo psicológico, que defende que todas as pessoas procuram inevitavelmente o prazer; o hedonismo ético, que considera que a obrigação humana é a procura de prazer; o hedonismo reflexivo, que atribui valor a qualquer ação que vise alcançar o prazer.

O utilitarismo original surge com Jeremy Bentham (1781) quando este se propõem calcular o grau, a intensidade e a duração do prazer (felicidade) mediante certas ações humanas, isto é, quanto mais intensos e duradouros os prazeres atribuídos a qualquer ação tanto mais útil ela será.

Para J. S. Mill (1871), seu precursor, esta forma original de operar do utilitarismo pode conduzir ao hedonismo egoísta e por consequência ao egoísmo ético. Para se distanciar desta posição que lhe desagrada, o autor propõem a distinção de dois tipos de prazeres: os superiores e os inferiores que se distinguem não pela quantidade, mas sim pela qualidade. Atribui maior importância aos prazeres superiores que dizem respeito ao espírito, ou seja, aqueles que concentram em si a solidariedade, a inteligência, a honradez e o caráter, no fundo os sentimentos morais, enquanto que aos prazeres inferiores dá menos relevância, uma vez que se enquadram no mundo material e na dimensão corpórea, nos sentidos. Valoriza os primeiros em detrimento dos segundos, porque estes podem proporcionar ao ser humano a sua verdadeira realização.

Com esta distinção de prazeres, J. S. Mill, coloca perante o ser humano a capacidade que este apresenta através da sua experiência de vida, de escolher e identificar o que é preferível para si, defendendo a procura do prazer com a finalidade de alcançar o prazer não pela postura individualista ou antropocêntrica (hedonismo egoísta), mas sim pelo altruísmo, por quanto, virado para os outros, saindo em defesa de uma única regra diretiva da conduta humana, a qual apelida de máxima felicidade, excluindo a disposição de interesses individuais que conduziriam ao egoísmo ético:

“O credo que aceita a utilidade, ou Princípio da Maior Felicidade, defende que as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a produzir o reverso da felicidade. Por felicidade, entende-se o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, a dor e a privação de prazer.” (Mill, 2005: 48).

Parte III

1. Enquadramento conceptual

Este projeto de intervenção pedagógica foi realizado no âmbito do estágio profissional, efetuado no Mestrado em ensino de Filosofia no Ensino Secundário, realizado na Escola Secundária de Alberto Sampaio (ESAS), situada na freguesia de S. Lázaro da cidade de Braga, remontando a sua origem a 1884, ligada ao ensino técnico. Entre 2009 e 2010, as instalações escolares foram objeto de requalificação, enquadrada no programa da intervenção do Parque Escolar. Tem sido alvo da aprovação e agrado por parte da comunidade educativa, os seus espaços (interiores e exteriores) são consensualmente considerados como agradáveis e propiciadores de um bom clima para o trabalho e para o convívio.” (PE), reunindo, atualmente, as condições essenciais ao desenvolvimento da ação educativa. Possui uma vasta oferta formativa: 3º ciclo, cursos científico-humanísticos e cursos profissionais. A população escolar ronda os 1716 alunos e é heterogénea (zonas rural e urbana), possui laboratórios de informática, salas de recursos, atividades e projetos extracurriculares, oficinas de música, teatro, clube do ambiente, destaque também para a revista *De facto*. Procurando dotar-se de recursos adequados, a ESAS, tem vindo a candidatar-se a projetos e a concursos vários, facto que tem assegurado à escola a participação em inúmeras experiências de inovação pedagógicas. A ESAS foi a primeira escola a constituir um centro UNIVA e a primeira a integrar o projeto Minerva, foi ainda pólo para a integração das TIC em meio escolar, bem como escola pólo para a revisão curricular do ensino secundário e para o ensino da língua portuguesa a estrangeiros. A escola constituiu-se recentemente, por designação do ME, como Academia TIC. Finalmente, integra o projeto Braga Digital, que se constitui como projeto - piloto a nível nacional, no quadro do Plano Tecnológico.

2. Metodologia e objetivos

O projeto assenta, preferencialmente, na metodologia de investigação-ação, à qual se ligará diretamente o designado método socrático, que com a dialética que o caracteriza, se aporá na aplicação e desenvolvimento do projeto junto aos 28 alunos do 10º ano da turma C do curso de Ciências e Tecnologias, da Escola Secundária de Alberto Sampaio.

Para o presente trabalho, foram traçados os seguintes objetivos:

- Compreender diferentes conceitos ligados à ética e à moral;
- Verificar em que medida os discentes aplicam os diferentes conceitos ligados à ética e à moral;
- Evidenciar se os alunos conseguem discernir o bem do mal, o certo do errado, o justo do injusto.
- Apurar a aplicabilidade dos conteúdos lecionados nas aulas de Filosofia na vida quotidiana dos discentes.

O projeto desenvolveu-se em consonância com as temáticas abordadas na unidade III do programa oficial de Filosofia do 10º ano de escolaridade “Os Valores: Análise e compreensão da experiência valorativa” e nas subunidades da IV unidade, “As dimensões pessoal e social da ética; “A necessidade da fundamentação da moral”, tentando esclarecer conceitos nucleares tais como: valores, valores e cultura, ética e moral e perspetivas de fundamentação da moral (ética deontológica, ética teleológica ou utilitarista). A pertinência do estudo, prende-se com as noções axiológicas/éticas partilhadas/adquiridas pelos discentes numa dinâmica dialógica socrática em contexto de sala de aula, assim como tentar perceber a priori e a posteriori a sua aplicabilidade em situações concretas da vida quotidiana dos alunos:

“A moralidade requer que sejamos altruístas. Até que ponto devemos ser altruístas é uma questão de difícil resposta (...). E as pessoas ajudam-se de facto, entre si, de formas mais ou menos significativas. Fazem favores umas às outras. Constroem abrigos para os deserdados. Fazem voluntariado em hospitais. Doam órgãos e oferecem sangue. Mães sacrificam-se pelos filhos. Bombeiros arriscam a vida para salvar pessoas. Freiras passam as suas vidas a trabalhar entre os pobres. A lista poderia continuar sem parar.” (Rachels, 2004: 98).

3. A Prática pedagógica

A leção propriamente dita iniciou-se a 20 de fevereiro do ano letivo de 2012/2013, tendo cumprido as 12 regências propostas de 90 minutos cada, complementadas com aulas de revisão por mim conduzidas, sob a orientação da coordenadora de estágio. Procurei sempre proporcionar um ambiente de agradável convivência entre professor/alunos não descuidando as regras que se devem adotar em sala de aula e estimulando sempre a participação dos discentes. A leção iniciou-se com o Cap. IX “A dimensão ético-política: Análise e compreensão da experiência convivencial - a necessidade de fundamentação da moral. A ética utilitarista de J.S. Mill contraposta com a ética kantiana. Não só nesta temática como em todas as outras que se seguiram, nomeadamente política e religião foram de grande importância para que eu pudesse pôr em prática o tema proposto no meu relatório de intervenção, procurando sempre interagir com os alunos de forma dinâmica, através do diálogo privilegiando a problematização da temática em causa. Com o intuito de compreender a maneira de “ser” e de “estar” dos alunos e o contingente sociocultural envolvente, propus-me compreender a sua noção dos conceitos associados à moralidade: o que é a moral; qual o fundamento da moralidade; o que faz com que uma ação seja boa ou má; o que é a consciência moral; que lugar é que esta ocupa na nossa vivência diária.

No fundo, a finalidade primeira, que movia o meu interesse, era filtrar a percepção dos discentes no que concerne à consciência moral enquanto cidadãos pertencentes a uma sociedade organizada, hierarquizada que compreende relações interpessoais e resolução de problemas práticos do quotidiano, entre outros.

A ética utilitarista pretende transmitir duas ideias centrais: a primeira ideia enuncia respeito ao conceito de felicidade ou o bem-estar de um indivíduo - isto é - aquilo que torna a sua vida boa para si próprio, consiste unicamente no prazer e na ausência de dor ou sofrimento. No fundo transmite aquilo que todo o ser humano deseja alcançar, ser feliz. A segunda ideia deriva do facto de um ato ser certo ou errado e dependente de um único fator, ou seja, a sua contribuição para a felicidade humana. No entanto é de salientar que aquilo que importa promover não é a felicidade do próprio agente, mas a felicidade geral.

Esta visão da ética tem por objetivo agradar ao maior número de pessoas e por conseguinte trazer a ausência do sofrimento. Ainda assim, esta posição coloca alguns dilemas, uma vez que apesar de ela incluir variáveis qualitativas e quantitativas, sendo maioritariamente quantitativa não abrange situações em que seja necessário ter em conta o indivíduo como único e irrepetível que é, uma vez que isto é uma abordagem coletiva e nem sempre a abordagem coletiva é a mais correta. A felicidade é algo de pessoal, íntimo e subjetivo. Logo a quantidade e a qualidade desta abordagem colocam em causa a sua legitimidade. Para um melhor esclarecimento passo a expor alguns exemplos de dilemas que retratam bem esta situação e que foram propostos aos alunos no decorrer desta temática:

- Será correto alguém escolher, quem deverá morrer ou viver?
- Todos sentimos a felicidade da mesma maneira?

Durante a abordagem desta unidade curricular, nomeadamente da ética utilitarista/teleológica notei uma particular curiosidade dos discentes, quer no que concerne à temática em si mesma, quer no que respeita aos dilemas apresentados. Nesta temática pareceu surgir uma espécie de “clic” que aguçou o apetite mental para o debate, aprofundamento do pensamento crítico e autónomo, algo que se previa expectável dado o estágio em que se encontravam, isto é, a juventude.

Tiveram, por isso, oportunidade de desenvolver os seus raciocínios ao refletirem sobre vários dilemas, como os que aqui exponho:

1º Ex. – “O Dilema moral de Pedro” (Manual *Contextos*, pp.127-128)

Pedro tem um amigo e colega de trabalho, Miguel, que está à procura de uma casa para morar. Embora Miguel se mostre interessado em alugar uma casa alegando uma questão de maior proximidade ao local de trabalho e baixo custo, Pedro sabe que o verdadeiro motivo que leva Miguel a alterar a sua morada é a impossibilidade de pagar uma série de dívidas de jogo, contraídas num período passado e menos afortunado da sua vida. Miguel esconde o seu passado de toda a gente e vive em permanente fuga aos seus credores. Por coincidência, Pedro, que mora muito perto da empresa em que ambos trabalham, sabe que a sua prima e vizinha pretende alugar a sua casa, enquanto estiver a trabalhar no estrangeiro. Num encontro com a prima, esta pede-lhe a sua colaboração para divulgar o aluguer junto dos seus conhecidos, uma vez que prefere alugar o apartamento a alguém de confiança. Pedro encontra-se perante um dilema. Ocorrem algumas opções de atuação:

Segundo, a tese utilitarista qual a é a opção correta? Porquê?

a) Dizer a verdade e trair o amigo?

b) Mentir e ajudar o amigo?

Perante estas possibilidades os alunos teriam que se colocar na posição de utilitaristas e agir conforme o que a teoria defende como lhes solicitei. Notei que facilmente identificaram a resposta correta (b). O Argumento utilizado pela maioria dos alunos para justificar a escolha correta foi que a opção b traria maior felicidade e mais consequências positivas para todos.

2º - Ex. Dilema da gruta (www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/MLR_MA_14751.pdf acedido em 21 de outubro 2013).

Um grupo de vinte turistas tenta sair de uma gruta situada na costa, à beira-mar. O líder do grupo fica preso na estreita abertura da gruta, sem conseguir mexer-se, para dentro ou para fora. A maré enche. Todos se apercebem de que, se não saem rapidamente da gruta, acabarão por morrer afogados. Desesperados, encontram na gruta um isqueiro e uma vela de dinamite. Se a usarem para libertar a saída, morre o líder,

mas os restantes membros do grupo talvez se salvem. Se nada fizerem, todos morrem, exceto o líder, que já tem a cabeça de fora.

Como agiriam os turistas se fossem utilitaristas? Porquê?

- a) Como proceder se não fossem utilitaristas?
- b) O que farias tu numa situação como esta?
- c) Não existirão outras alternativas possíveis?

Perante estas questões também não foi complicado para os alunos responderem à primeira questão, a solução seria sacrificar o líder do grupo em detrimento dos restantes membros do grupo, embora tivessem mostrado desagrado por esta solução que punha em causa a vida de um ser humano. Às duas questões seguintes, constatei a sua reticência em responder, pois o melhor seria encontrar uma solução que satisfizesse a todos e isso não parecia possível. Dialogando com eles, solicitei outras alternativas para a resolução deste dilema, ao que responderam: poderíamos utilizar a vela de dinamite, chegar-lhe fogo e atirá-la para o lugar mais recôndito da gruta e assim conseguir abrir uma brecha para podermos sair todos, ou ainda, poderíamos utilizar a dinamite como sinalizador, ou ainda, tentarmos todos, com todas as nossas forças empurrar/forçar a saída do líder para fora da gruta. Foi sempre nesta perspetiva dialógica/socrática ao colocar estas questões, que pretendi instigar os alunos a revelarem o seu espírito crítico, reflexivo.

Os alunos tentaram encontrar soluções que defendessem os interesses de todas as partes. Apesar de não se ter alcançado nenhuma solução unânime e considerando que a suposta existência dessa, iria contrariar as ideias defendidas por esta teoria que permitiu assim aos alunos, verificar a implausibilidade da teoria em exercício.

3º - Ex. Dilema do trolley (<http://filosofiadareligiao.no.sapo.pt/caso%202.doc> acedido em 21 de outubro de 2013)

Um carro elétrico transportando cinquenta passageiros move-se descontrolado numa linha. No seu caminho estão cinco pessoas a trabalhar e essas pessoas vão certamente morrer. Só que tu, no limite, podes desviar o carro elétrico para uma outra linha onde se encontra apenas uma pessoa.

Como agiria um utilitarista? Porquê?

a) Achas que deves desviar o carro elétrico?

b) Como agirias tu perante esta situação?

À medida que fui expondo os dilemas tornou-se notório que os alunos tinham percebido bem a teoria utilitarista. A primeira questão era respondida de forma consensual por toda a turma na escolha do salvamento do maior número de pessoas.

O maior desafio lançado aos alunos centrava-se em encontrar outras alternativas à teoria utilitarista, que era esse um dos meus propósitos. Para as duas questões seguintes procuraram apresentar outras soluções: poderíamos com o esforço de todos os passageiros fazer descarrilar o trolley para fora das linhas e tentar minimizar o seu embate, salvaguardando a vida de todos. Outra hipótese seria atirarmos toda a bagagem dos passageiros para a linha e assim tentar travar o trolley. Aqui é notório o exercício reflexivo que vai de encontro ao despertar da consciência humana para a procura da melhor solução, para a qual foram consideradas várias hipóteses.

Perante estes exemplos, os discentes mostraram uma disponibilidade de pensamento notável. Em nenhum momento acharam que a ética utilitarista fosse correta, no entanto, fizeram uma analogia bastante interessante, isto é, chegaram à conclusão que é o que se passa na sociedade onde estão inseridos. Satisfatoriamente verifiquei que começaram por dar exemplos análogos à temática em discussão, como por ex.: a eleição do delegado de turma faz-se tendo em conta o colega maioritariamente escolhido e isso reflete o maior número de colegas satisfeitos. Verbalizaram também que muitos portugueses gostam de vários desportos, no entanto aquele que mais destaque tem em termos mediáticos é o futebol por isso uma partida de ténis, rugby entre outros, raramente é uma transmitida pelas estações de televisão, generalistas, portuguesas.

Foram quase unânimes em responder que o utilitarismo visa o princípio da maior felicidade para o maior número de pessoas, tendo em vista as consequências positivas da ação. Fizeram uma boa associação ao consequencialismo. As nossas decisões passam por averiguar as consequências que delas derivam, nesta fase da adolescência parece-me muito importante que esta noção fique bem consolidada, pois devem ter noção que os atos que praticam têm consequências boas ou más, dependendo das suas opções. Abranger o maior número de pessoas foi outro ponto fantástico, os pensamentos fluíram bem, pois os alunos referiram que ninguém, por mais que tente, conseguirá satisfazer todas as partes. No entanto, se for possível encontrar um ponto de convergência de

interesses maioritariamente, esse facto evitará conflitos entre as pessoas. O ser humano é um ser em permanente construção daí que seja difícil eliminar o erro.

A ideia de felicidade é subjetiva, logo é pouco provável que seja conseguida universalmente, mais uma vez os alunos referiram a necessidade de consensos permanentes entre indivíduos. O exercício numa dinâmica dialógica/socrática mostra bem a noção de bem e de mal enquanto elementos marcantes na formação da consciência moral dos alunos.

Relativamente à questão a) e b), as ideias foram fluindo dando espaço à criatividade dos alunos. Os dilemas são um desafio, no entanto quando a questão diz respeito à escolha humana como o exemplo do trolley ou da gruta, verifiquei um desconforto, quase geral da turma. O escolher entre quem deve viver ou morrer foi problemático para eles. Se uns (poucos) afirmaram que é sempre melhor morrer menos pessoas que mais, outros mostraram total indignação em ter de se fazer escolhas desta natureza.

Alguns referiram que aquando do atentado do 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, houve tripulantes de um avião, que para salvarem mais vidas, fizeram com que o avião se despistasse, sacrificaram as suas vidas em prol de uma desgraça maior. No entanto, quando confrontados com escolhas que envolvessem pessoas conhecidas ou das suas famílias, a situação leva a contornos de negação às escolhas. O que mostra sensibilidade, respeito e dignidade humana, o que muitos adultos por vezes não mostram.

Ainda no âmbito da ética, mas num plano totalmente oposto, surge a ética deontológica que elevou e enalteceu o processo de ensino/aprendizagem e brindou ainda mais a dialógica socrática que culminou numa participação pronunciada por parte da generalidade dos membros da turma.

Fortemente influenciado pela física newtoniana, que afirmava a ciência como um conhecimento indispensável e necessário, Kant (1724-1804) concebe uma forma para a fundamentação da moral que expôs na *Metafísica dos costumes*, onde faz uma incursão sobre as condições e as possibilidades das ações humanas, começando por averiguar minuciosamente as leis da liberdade e da moral. Kant aspirava a um constructo formal de fundamentação com total ausência de tudo o que fosse objeto do empírico e do sensível, para que as leis morais surgissem como necessárias e universais.

Com o intuito de as aproximar das ideias newtonianas e lhes conferir um estatuto científico, era necessário que as leis morais se apresentassem na sua total pureza. Para seguir o seu trajeto elabora um formalismo, uma forma de avaliar as leis morais na sua pureza sem interferências do horizonte sensitivo e empírico, pois segundo o autor só assim poderia criar uma moral válida para todos (universal) e necessária.

Na ética deontológica de Kant, as máximas são os princípios que indicam o que leva as pessoas a agir. Para Kant o valor moral de um ato depende primariamente, não daquilo que se faz, mas da máxima que está subjacente àquilo que se faz. Kant pensa que o cumprimento das regras e normas morais, segundo o que julgamos ser o nosso dever, o ponto-chave para a justificação da moralidade.

Distingue três tipos de ações: ação contra o dever, ação meramente conforme o dever e a ação por dever. Releva a ação por dever porque esta é para ele a forma mais pura do agir humano, uma vez que está despojada de qualquer tipo de inclinações sensíveis, pois é “a priori”. A vontade boa pauta-se pela razão, uma vez que é intrínseca ao ser humano e não sofre influências de qualquer natureza sensível como sentimentos de compaixão e misericórdia. Enquanto princípio que orienta as ações humanas, a vontade boa, não vai buscar o seu valor a atos de caridade praticados com a intenção de obter benefícios pessoais: o seu valor consiste na pura intenção de praticar o bem, ela surge em nós como um valor absoluto e incondicionado, é um atributo da pura razão.

O ideal da moral kantiana é tornar a vontade boa, que age motivada exclusivamente pelo cumprimento do dever. Segundo Kant as leis da natureza valem universalmente, apresentam-se como um imperativo categórico. Este pode ser enunciado da seguinte forma: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas, ao mesmo tempo, querer que ela se torne lei universal”. É uma ordem incondicional e por outro lado, formula o fim em si: “ Age de tal maneira que uses a tua humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio”. Assim, a ação impõe-se sempre como necessária, fim em si mesma, o que impede de tratar os outros como meros meios.

Ora o Imperativo categórico é um princípio ou obrigação prática que prescreve que uma ação é boa se - e apenas se - for realizada por puro respeito à representação da lei em si mesma. “Deves fazer X” ou “não deves fazer X” (exemplo: “deves sempre dizer a verdade”; “nunca deves matar ninguém”). O que significa que a regra particular

(máxima) que seguimos deve poder ser aceite por todos os seres racionais – universalização. A universalização da máxima garante a imparcialidade e a independência do agente em relação aos seus interesses particulares. A universalização da máxima torna-a ação boa (moral).

Para que os alunos pudessem perceber a extensão destes princípios trabalhamos alguns dilemas.

1º - Ex. Transporte secreto de judeus (Rachels, J, 2004: 183 – 184).

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, os pescadores holandeses transportavam, secretamente nos seus barcos, refugiados judeus para Inglaterra e os barcos de pesca com refugiados a bordo eram por vezes intercetados por barcos patrulha nazis. O capitão nazi perguntava então ao capitão holandês qual o seu destino, quem estava a bordo e assim por diante. Os pescadores mentiam e obtinham permissão de passagem. Ora, é claro que os pescadores tinham apenas duas alternativas, mentir ou permitir que os seus passageiros (e eles mesmos) fossem apanhados e executados.

Como agiria um deontologista perante esta situação?

- a) Se fosses o comandante do navio o que farias?
- b) Haveria outra alternativa possível?

A resposta à primeira questão tinha como propósito perceber se os alunos compreenderam a teoria. Passo a expor as respostas à primeira pergunta: um deontologista perante esta situação diria a verdade; às duas seguintes alíneas notou-se um esforço pela procura de contornar a situação e consciencialização moral na conquista pelo bem: se fossemos o comandante do navio não hesitaríamos em mentir, pois, estava em causa salvar vidas humanas; no caso de tentarem revistar o navio, esconderíamos os judeus num lugar seguro ou muito bem camuflado, onde nunca os pudessem encontrar.

2º - Ex. “ O valor da amizade” (Manual *A Arte de Pensar*, p.178)

Estamos em nossa casa com um amigo e alguém bate à porta. É um homem armado que está à procura do nosso amigo, aparentemente com a intenção de o matar, e que nos pergunta se ele está em casa.

Se fosses deontologista como agirias? Porquê?

- a) O que farias tu nesta situação?
- b) Que outra alternativa poderias apresentar?

A resposta à primeira questão, como tenho vindo a frisar, tem como propósito averiguar se os alunos compreenderam a teoria e constato que sim, pois a resposta é unânime – um deontologista teria que dizer a verdade. Relato de seguida algumas das respostas dadas à questão a): eu nesta situação não diria a verdade, pois está em causa a vida do meu amigo; diria que não se encontra em minha casa e não tenho notícias dele há muito tempo. Respostas à questão b) Outras alternativas: se o senhor fizesse questão de revistar a minha casa à procura do meu amigo, escondia-o no lugar mais secreto e seguro da casa; diria que viajou mas desconheço para onde foi, o importante era preservar a vida de um amigo.

3º - Ex. O dilema do Senhor João (<http://afilosofia.no.sapo.pt/10valeticos.htm> acedido em 23 de outubro de 2013).

Um senhor chamado João tinha a sua mulher muito doente. Esta estava com um cancro e podia morrer, precisava de uma medicação o mais depressa possível. Entretanto o senhor João soube de um farmacêutico, que tinha descoberto um medicamento que podia salvar a sua mulher, só que pedia por este muito, muito dinheiro. Como o senhor João era pobre e tinha pouco dinheiro, pediu ao farmacêutico para pagar em prestações (aos bocadinhos) ou para fazer um desconto no medicamento. No entanto o farmacêutico disse-lhe que não e então o senhor João, sem solução para o seu problema, assaltou a farmácia e roubou o medicamento para salvar a mulher.

- a) Se fosses o farmacêutico o que farias?
- b) Achas que o senhor João agiu bem ou mal?
- c) Se fosses o senhor João o que farias?
- d) Serão estas as únicas alternativas?

Relato algumas das respostas que os discentes foram apresentando às seguintes questões: a) se fosse eu o farmacêutico facultava o medicamento ao Sr.º João e permitia-lhe pagar em pequenas prestações; se fosse o farmacêutico até dava o

medicamento ao Sr. João, uma vez que se tratava de uma situação grave e urgente e estava em causa salvar uma vida; faria um bom desconto ao Sr. João para que ele pudesse levar o medicamento e administrá-lo à sua esposa o mais rápido possível.

b) Eu acho que o Sr. João agiu bem, pois a situação era urgente e o farmacêutico foi ganancioso e não pensou que poderia salvar uma vida, mas sim no lucro que poderia obter com a venda do medicamento; eu acho, por um lado, que o Sr. João não agiu bem ao roubar o medicamento, pois não devemos roubar nada a ninguém, mas por outro lado compreendo a sua atitude de desespero e não o julgo por isso; em atitudes de desespero como é este caso, pensamos em termos imediatos sem refletir muito sobre os nossos atos, mas a urgência era muita, ele precisava de salvar a vida da esposa.

c) Se eu fosse o Sr. João pediria ajuda financeira a familiares para poder comprar o medicamento; o Sr. João, no caso de não ter familiares que pudessem ajudar, poderia pedir ajuda financeira a amigos, alguém haveria de ajudar mas também poderia haver uma recusa uma vez que o medicamento era muito caro.

d) Outras alternativas poderiam passar por recorrer ao apoio da segurança social; dirigir-se a uma pessoa que tivesse uma boa situação financeira e pedir o seu apoio expondo a sua situação, alguém haveria de ajudar; dirigir-se a instituições de caridade pedindo apoio; mas se nada disto resultasse sabemos que não se deve de forma alguma roubar, mas era urgente salvar uma vida e isso é o mais importante.

Na lecionação destas duas perspetivas sobre a moral os discentes foram-se apercebendo, que as teorias são alvo de objeções. Quer a teoria utilitarista/teleológica quer a teoria deontológica apresentam-se suscetíveis de serem postas em causa.

Passo a referir brevemente as objeções às duas teorias. Começando pela utilitarista: É uma ética demasiado permissiva. Isto porque visa o princípio da maior felicidade para o maior número possível, os fins justificam os meios. Se for necessário sacrificar uma minoria em detrimento da maior felicidade global, isso é permissível, desde que as consequências sejam positivas, pois se não o forem são inúteis, não servem para nada. Por outro lado exige de nós uma generosidade (altruísmo) tal, que nos “obriga” a sacrifícios permanentes em prol dos outros, isto vai exigir demasiado de nós e de uma certa forma acaba por privar-nos dos nossos próprios projetos pessoais, compromissos, metas a atingir.

Na ética deontológica sabemos que Kant defende deveres absolutos. Do cumprimento dos deveres absolutos derivam os conflitos de deveres para os quais este filósofo não dá resposta. Cumprir deveres absolutos tem consequências inaceitáveis, pois pode pôr em causa a vida das pessoas. Por outro lado, Kant diz que a nossa obrigação fundamental é o respeito pela pessoa humana, retratada como agente racional, então qual o lugar/estatuto que dará a uma pessoa portadora de Síndrome de Down ou a qualquer pessoa que nasça, ou por acidente se torne, deficiente profundo? Onde fica a única obrigação fundamental de respeitar as pessoas? Estas pessoas não são consideradas seres humanos plenos, não se coadunam com a ética Kantiana. E os animais (irracionais)? - É permissível mal tratá-los? Julgamos ter obrigações morais para com eles e como tal não é permissível tratá-los de qualquer maneira.

Outra situação prende-se com o papel que a teoria dá a sentimentos nobres como a compaixão, a simpatia, piedade e o remorso, por exemplo, que retiram a qualidade moral ao cumprimento do dever. Ora, a moralidade não deve ser estritamente racional, como acontece com a ética kantiana. Kant apresenta uma teoria onde os sentimentos intrínsecos ao ser humano não têm lugar e separa-los da moral, como Kant tentou fazer, será ignorar um aspeto central do comportamento moral do ser humano. Concluindo, apesar da ideia da criação dos princípios universais ser útil como guia de ação para o ser humano, não podemos esquecer que existem exceções à regra e que a adoção de uma posição tão extremista, correta mas incompleta, tende a tornar-se contraproducente. Os discentes apresentaram raciocínios que, apesar de se encontrarem em formação da consciência moral, demonstram esta realidade. Apresentaram um espírito crítico relativamente a posições extremistas ou de limite.

3.1. Método: A trajetória metodológica delineada para a realização deste relatório, assentou na abordagem investigativa qualitativa através de um questionário, para recolha de informação/aquisição de conhecimentos.

3.2. Participantes

A turma C, do 10º ano, do Curso de Ciências e Tecnologias, da Escola Secundária Alberto de Sampaio é constituída por 28 alunos, dos quais 20 são rapazes e

8 raparigas. O projeto assentou, preferencialmente, na metodologia de investigação-ação, à qual se ligou diretamente o designado método socrático que com a dialética que o caracteriza, se aplicou no sentido de perceber como se vai desenvolvendo no tempo de aplicação do projeto, a consciência moral dos alunos.

3.3. Instrumento

A minha proposta de intervenção assentou num questionário (Anexo 9) com 7 questões de resposta aberta. A natureza desta investigação é do foro qualitativo e descritivo, este tipo de recolha de informação privilegia o detalhe o qual considero muito importante para o estudo em causa. Na abordagem descritiva e qualitativa a fiabilidade e validade, têm de ser encarados de forma diferente dos métodos quantitativos típicos (Dey, 1993; Robson, 1993), isto é, a validade não estabelece relações com escalas ou pontuações. A validade do conteúdo tem por base a literatura que a sustenta.

Este tipo de recolha de dados privilegia o detalhe, no caso a consciência moral e ética que vem ao encontro do que me propus com este projeto, uma vez que as questões proporcionam respostas abertas dando, portanto, oportunidade aos discentes de mostrarem os seus conhecimentos e competências sobre a temática em causa. A fiabilidade e validade não têm sustentabilidade neste tipo de estudo.

A presente intervenção teve dois momentos distintos: o primeiro momento aconteceu antes da leção desta temática, foi apresentado aos alunos um questionário composto por sete questões antes de ser lecionada a temática que encerra a necessidade da fundamentação da moral.

O segundo momento da intervenção efetuou-se com a execução do mesmo questionário após leção da temática em causa (anexo 9).

Todos os indivíduos participantes numa investigação estarão protegidos por três aspetos preponderantes para o efeito:

“Consentimento informado e voluntário por parte dos indivíduos que participam em trabalhos de investigação; Confidencialidade dos dados recolhidos e Proteção contra danos que possam ocorrer como resultados de investigação” (Serrão, 1995: 20).

Cabe ao investigador avaliar o projeto e verificar a possibilidade de ocorrer violação pela abordagem metodológica e pela análise de dados à publicação dos resultados, para que em cada fase do estudo sejam cumpridas as orientações e obrigações éticas imperiosas à credibilidade do mesmo, segundo Bardin, a análise de conteúdo é:

“Um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, (...) de modo a obter indicadores, que permitem a inferência de conhecimentos sobre o emissor de mensagem ou sobre o seu meio”. (Bardin, 1991: 229).

3.4. Análise dos resultados

1º Momento: aplicação do questionário.

Eis então os resultados obtidos às questões antes da temática ser lecionada. À primeira questão sobre o que os alunos entendiam por consciência moral, mesmo ainda não tendo uma linguagem filosófica adequada de um modo geral responderam que a consciência moral se remete às ações preconizadas por cada indivíduo, tendo em conta o que consideram certo ou errado. Alguns referiram que a consciência moral é o indicador da ação imoral. Reforçaram esta ideia com exemplos do dia-a-dia como: quando encontramos uma carteira que não nos pertence no chão a nossa consciência moral deve ditar o que devemos fazer, devemos dirigir-nos às autoridades competentes que facilitem a devolução da carteira ao respetivo dono.

a) Respostas dos discentes às questões:

1ª Questão - Sem grande suporte consistente sobre a temática, os 28 alunos demonstraram que a interpretação da consciência moral se prende com o correto ou o incorreto de determinada ação. Dos 28 alunos, 24 acrescentaram que a consciência moral depende de cada um, é subjetiva e cada pessoa faz o que bem entende, dependendo daquilo que se entende por consciência e da forma como cada indivíduo pensa e se exprime. Dos 24 que acrescentaram a subjetividade da consciência, 2 eram

do sexo feminino e os restantes 2 do sexo masculino. Nota-se que existe alguma confusão no que concerne à definição de consciência.

2ª Questão - Relativamente à segunda questão se concordam que a moralidade designa o modo como as pessoas aceitam e cumprem as normas morais e posterior justificação, todos (28) os alunos responderam que sim. No entanto, não conseguiram justificar de forma concisa o que entendem por moral, utilizando o argumento que a falta de moralidade poderá levar as pessoas a não serem capazes de avaliar as normas morais, uma vez que só os que não sabem o que são normas morais, irão avaliar as mesmas como algo de subjetivo, não fazendo, portando, uma avaliação correta sobre o agir moral.

3ª - Quando questionados sobre o que é “justo” e “bom”, 20 dos discentes responderam que muitas vezes podemos ser justos, no entanto afirmaram que isto não significa que seja o bom. Os restantes 8 alegaram que o justo é uma ação ou um acordo qualquer que não resulta em consequências negativas. Nesta fase percebi prontamente que conceitos como justo e bom tinham de ser muito bem trabalhados, existia muita confusão do foro subjetivo, pois uma coisa é o justo outra é o que é bom para qualquer pessoa.

4ª - Quando questionados sobre o que se deve entender por moral, 18 alunos (2 do sexo feminino e 16 do sexo masculino) afirmaram que, moral é agir de acordo com o que está correto e segundo as normas vigentes em sociedade, a moralidade impõe imparcialidade na avaliação dos atos no agir humano perante situações semelhantes, 10 dos discentes (6 do sexo feminino e 4 do sexo masculino) afirmaram que, moral é fazer o que está correto. Mais uma vez é notória a construção mental sobre a moral vigente no senso comum, notando-se a falta de uma definição mais concreta de certos conceitos independentes.

5ª- Quando indagados sobre como podemos distinguir o bem e o mal, todos os alunos referiram que o bem se distingue do mal através de uma consciência tranquila quando fazemos o bem e de uma consciência pesada quando agimos mal e isso é verificável pelas consequências que acarreta, quando agirmos bem ou mal. Sem terem abordado a temática utilitarista notei, que nesta questão, os discentes apontavam para as consequências que advinham do agir correto ou errado. Às respostas obtidas nesta questão notei que apresentavam disponibilidade para o seguinte argumento: quem se

porta mal irá ter problemas num futuro próximo, quem age correto não tem grandes inquietações e preocupações.

6ª- Quanto à questão proposta se a consciência moral distingue o bem do mal, todos os discentes afirmaram, muito sinteticamente, que sim, no entanto não entram em maiores explicações. Aqui notei muito desconhecimento e insegurança no domínio dos conceitos em causa.

7ª- Ao serem questionados sobre a possibilidade de falar de liberdade sem responsabilidade, todos afirmaram que não era possível, pois seria o caos, uma vez que qualquer pessoa poderia fazer o que queria sem grandes responsabilidades. Percebi que os alunos embora não explicassem com clareza o que seria o caos; pois não desenvolveram muito esta ideia, mostraram ter noção que uma realidade assim seria insustentável. Notei que a ideia ou o conceito de responsabilidade estava perpetrada nas suas consciências, quer fosse oriunda das suas células familiares, quer do seu grupo de pertença ou da afirmação na construção das suas personalidades

2º Momento: aplicação do mesmo questionário

A técnica utilizada foi a mesma que referi no primeiro momento, ou seja, a natureza desta investigação é do foro qualitativo e descritivo, privilegiando o detalhe o qual considero muito importante para o meu estudo.

Após se ter lecionado a teoria utilitarista e a deontológica voltei a avaliar os conceitos de moral e ética, nesta fase já é perceptível verificar a aplicação dos diferentes conceitos ligados à formação de uma consciência moral tendo em vista a aplicação desses mesmos conceitos.

b) Respostas dos alunos:

1ª- Quanto à primeira questão, todos os alunos respondem que ter consciência moral é algo intrinsecamente ligado aos atos que praticamos de acordo com os nossos valores morais, sabendo, portanto, distinguir o bem do mal, é a capacidade que o ser humano tem de distinguir o bem do mal. Segundo os discentes a consciência é a “habilidade de um ser racional distinguir o que é moral do que não é”. É o que nos indica se as nossas ações são boas ou más, ou melhor, é quando a nossa consciência tem

a capacidade de decidir e avaliar o que é bom e o que é ruim, discernir o correto do incorreto. Da primeira fase de abordagem para a segunda nota-se uma maior adequação terminológica, assim como uma boa assimilação dos conteúdos lecionados.

2ª- Na segunda questão, todos os alunos responderam afirmativamente, no entanto argumentam que para falarmos de qualquer assunto temos de o compreender, pensar e refletir sobre ele, mas para tal é necessário ter moralidade para discutir determinado assunto. As pessoas cumprem as normas morais com base no conjunto de imperativos que lhe estão subjacentes. A moralidade obedece a um conjunto normativo, pois esse conjunto é que determina que haja a possibilidade de agir segundo o correto ou incorreto.

Verifica-se que já possuem um melhor domínio relativo ao conceito de moralidade, como também a necessidade normativa da existência desta para a convivência em sociedade.

3ª- Na terceira questão todos os discentes afirmaram existir uma grande diferença entre o conceito de justo e bom. Uma coisa é o ser humano ser bom outra coisa é ser justo. Isto porque ser justo implica o distanciamento de qualquer pulsão sensível, muitas vezes o que consideramos bom não é compatível com o que é justo. O bom por vezes só favorece alguns, enquanto o justo tem obrigatoriamente de favorecer todos os envolvidos em determinado assunto da vida humana. O justo é aquilo que é moral, o bom é subjetivo pois aquilo que é bom para um poderá não ser para o outro.

Nesta fase do questionário, os discentes conseguem com fluência discernir o que é bom do que é justo de uma forma bem fundamentada e coerente, onde se pode verificar o exercício reflexivo e crítico que obedece aos trâmites do pensar filosófico.

4ª- Quanto à quarta questão, todos os discentes entendem a moral como algo intrínseco ao ser humano. “Para usarmos a moralidade temos de fazer o que está correto, agir de forma justa e imparcial consoante as nossas vidas e ações. A moral difere de um tipo de ética para outra, mas no geral significa fazermos o que é melhor para vivermos numa sociedade organizada, estratificada onde cada pessoa ocupa o seu lugar”. O agir moral prende-se com uma avaliação efetuada através da consciência de forma imparcial, universalizante, que não permita as más ações, muito menos atos monstruosos. A moral é aquilo que o agente enquadra como sendo ético, segundo as

“regras” pelas quais ele se orienta. Os axiomas morais dependem muito de sociedade para sociedade, no fundo é o respeito que devemos ter por nós e pelos outros sob a vigilância da capacidade que temos de avaliar e decidir, através do mecanismo que nos permite fazer avaliações, que é a nossa consciência.

Verifiquei que as respostas obtidas apresentavam um pensamento concreto e bem estruturado acompanhado de uma boa consolidação de conceitos.

5ª- Na quinta pergunta, todos os alunos distinguiram o bem do mal através do uso das faculdades cognitivas inerentes ao ser humano, tendo como pano de fundo a consciência do agente. Pode-se distinguir o bem do mal, segundo o valor que atribuímos às consequências de cada ação em cada um e em sociedade. As crenças morais são os ditames que fazem com que o agente distinga o bem do mal. O bem pode ser distinguido de acordo com as consequências ou com a intenção e com a posição que temos relativamente a determinada temática. Podemos ter boas intenções mas más consequências, o bem e o mal andam de mãos dadas. Cabe-nos pensar profundamente nas consequências que determinada ação terá para nós e para os outros. Agir bem ou agir mal, deriva de um olhar mais profundo e atento para o mundo circundante, nas mais variadas circunstâncias e em consciência, decidir o melhor para todos sem exceção.

É notório a diferenciação que estes fazem do bem e do mal, entre o que fazemos consciente e inconscientemente, assim como as respetivas consequências positivas ou negativas que derivam das nossas ações, sejam elas bem intencionadas ou não.

6ª- Na sexta questão, a turma C do 10º ano respondeu que é condição *sine qua none* que exista consciência moral para se distinguir o bem do mal, o certo do errado. Para ajuizarmos o bem e o mal, necessitamos de uma “voz interior” chamada consciência, que nos permita construir um conjunto de sistemas que nos deixem avaliar um sem número de situações, quer situações conosco próprios quer com os outros. De outro modo, a consciência moral é algo que se começa a construir desde cedo e que à medida que crescemos vamos consolidando, construindo conceitos de forma a avaliarmos ações antes de as preconizarmos e outras já realizadas, sempre com o intuito de nos aperfeiçoarmos enquanto seres humanos.

Nesta fase nota-se a construção de consciência que os alunos já são capazes de fazer, considerando o continuum que existe entre o passado e o futuro, que permite no presente refletir sobre ações passadas, prevendo outras que ainda estão para acontecer.

7ª- Na última questão, 26 alunos acharam que liberdade e responsabilidade são faces da mesma moeda. Jamais se pode falar em liberdade sem responsabilidade, pois a liberdade obriga necessariamente a ser responsável, se assim não fosse qualquer pessoa poderia fazer tudo o que quisesse, tornando o mundo e as sociedades numa total anarquia. Ninguém saberia quem é quem, qual o seu projeto de vida, o lugar que ocupa no mundo entre outras coisas. Para sermos livres temos de seguir determinadas regras e devemos ser responsáveis pelos nossos atos, ou então viveríamos como os animais selvagens que apresentam como pano de fundo a lei da sobrevivência, reprodução e pouco mais.

A liberdade e a responsabilidade permitem-nos fazer pleno uso da consciência. A liberdade permite fazer tudo o que nos apetece sem influência de terceiros, a responsabilidade é o que devemos fazer com o uso da liberdade. A liberdade pode ser entendida de várias maneiras, podemos ter liberdade de expressão, liberdade de pensamento e raciocínio, mas para que a liberdade não se esgote em si mesma necessitamos ser responsáveis. Sem responsabilidade poderíamos cair na tentação de sermos meras marionetas da nossa irresponsabilidade.

No entanto, dois alunos referiram que se pode ser livre sem ser responsável e deram o seguinte exemplo: qualquer pessoa pode ser livre sem ser responsável, pois podemos cometer um ato errado tendo consciência do erro. Podemos não querer saber das consequências, logo agimos em liberdade sem sermos responsáveis. Há pessoas livres que vivem sem responsabilidades, como por exemplo; as pessoas que vagueiam pelo mundo sem se prenderem a nada nem a ninguém. Vivem na clandestinidade não gostam de regras exteriores, não avaliam se os seus atos são socialmente bons ou maus, apenas aproveitam a vida como lhes convém.

A relação que a maioria dos alunos faz entre liberdade e responsabilidade é aquela que é racionalmente e socialmente aceite. No entanto, não podemos negar a veracidade da perspectiva dos dois últimos alunos. De notar porém, que apesar de ser verdade o estilo de vida adotada por este tipo de sujeitos é bastante isolada não

respeitando necessariamente regras basilares da convivência em sociedade, porque não tem referências sociais com as quais se identifiquem.

Como a filosofia não vive com verdades dogmáticas, é meu entender respeitar todas as opiniões incitando, porém, os alunos a desenvolver de modo autônomo, responsável e livre o seu pensamento.

Com a prática letiva e análise dos inquéritos, constatei que os jovens da turma tem boa índole moral, conscientes do que é o bem e o mal, justo ou injusto, correto ou incorreto, com uma mente aberta, crítica e reflexiva sobre a sua vivência em sociedade, nas suas relações interpessoais, o respeito por si e pelo outro e para com as instituições que apoiam causas nobres. Mediante a sua pouca idade, os alunos surpreenderam-me pela positiva.

Também verifiquei o seu empenho na aquisição/atribuição e curiosidade de encaixe dos conteúdos lecionados, através da profundidade que apresentaram nas respostas dadas (ao inquérito) o que muito me apraz. Um dos aspetos mais fascinantes, foi a constatação durante os nossos diálogos, que os alunos por si próprios foram reconhecendo a necessidade da Filosofia, a sua importância para o ato reflexivo/crítico, o papel que ela representa nas suas existências, assim como a finalidade da sua leção.

No que respeita às competências pedagógicas fica, em mim, a consciência que o professor pode fazer toda a diferença, quer na abordagem às temáticas e recursos utilizados, assim como na forma expressiva, com que se dirige aos seus alunos.

Salvaguardando uma situação ou outra de somenos importância, penso que no cômputo geral, os objetivos traçados no meu propósito de perceber o a priori e o a posteriori - ou seja, o conhecimento sobre a temática do plano de intervenção, antes de qualquer informação e depois da informação, num processo onde imperou a dialética socrática, foram alcançados com satisfação.

Conclusão

Indubitavelmente a disciplina de filosofia é basilar para a reflexão, exercício do espírito crítico, argumentativo e formação da consciência dos jovens desta faixa etária. É importante incutir nos jovens a necessidade de abertura ao diálogo e ao confronto saudável de ideias. Conceitos como moral, ética, consciência moral e moralidade são fundamentais para a construção de uma geração com *self's* otimizados, consistentes e conscientes que permitam aos jovens de hoje serem amanhã os adultos, que representem de forma justa e imparcial o que de melhor deve haver numa sociedade. Os jovens adolescentes devem, portanto cultivar uma consciência vigilante, crítica, reflexiva e autônoma, por forma a tomar atitudes responsáveis e conscientes.

Comparando as respostas dadas aos questionários do primeiro para o segundo momento, pude concluir que os alunos mostraram uma capacidade de integrar conceitos associados à matéria lecionada que lhes permitiu dar respostas mais completas, fluidas e justificadas. Isso refletiu-se quer na sua noção de consciência moral, quer na importância que consideraram ter na distinção entre bem e mal.

A distinção entre justo e bom, inicialmente um tópico bastante confuso e por vezes incongruente, tornou-se muito mais claro na mente dos alunos, porque passaram a distinguir o que é um e o outro, assim como a relação entre eles.

Também a distinção entre bem e mal, clarificou-se mais concreta e bem fundamentada. O conceito de moral e de consciência moral acima referido, passou a ser melhor fundamentado pelos alunos, bem como a relação entre moralidade e as normas morais que inicialmente se mostravam pouco definidas. Apesar da concordância primeira entre os alunos, na existência da uma relação entre ambas, esta não era justificada por falta de conhecimento acerca dos conceitos relacionados. Este problema revelou-se ultrapassado aquando da segunda apresentação do questionário.

Relativamente à relação entre liberdade e responsabilidade os alunos passaram de uma abordagem inicial onde consideraram a inevitabilidade dessa simbiose, que a não se verificar, resultaria no caos social, tendo por isso uma relação mútua de subordinação, pois para o bom uso da liberdade é preciso haver responsabilidade.

Depois de analisar as alterações e o desenvolvimento das respostas dos alunos de um momento para outro, concluo que demonstraram boa aceitação e interiorização das diferentes temáticas abordadas. São disso exemplos, a integração de conceitos como valores morais na primeira questão ou da referência aos axiomas morais na quarta questão.

Demonstraram ter noção acerca da importância que a consciência moral tem efetivamente nas decisões do quotidiano, as consequências que advêm dessas mesmas decisões e o reconhecimento do consequencialismo que hoje em dia prima na nossa sociedade, são outros fatores que importa referir.

Ficaram os alunos, também, com uma ideia mais concreta da importância da responsabilidade nas suas vidas e da influência que esta tem na liberdade que todos tanto apreciam.

Ao longo do ano, fomos dialogando sobre as mais variadas questões da importância de estudar filosofia, questionando-os se seria pelo facto de ela estar ligada a questões fundamentais acerca do sentido da nossa existência, tais como: Por que razão estamos aqui? Há alguma demonstração da existência de Deus? As nossas vidas têm algum propósito? O que faz com que certas ações sejam moralmente boas ou más? Poderemos alguma vez ter justificação para violar a lei? Poderá a nossa vida ser apenas um sonho?

Analogamente, os princípios nos quais a nossa vida se baseia podem ser inteiramente sólidos, mas, até os termos examinado, não podemos ter a certeza disso. Os próprios alunos reconheceram que uma boa razão para estudar Filosofia é o facto de isso nos proporcionar uma boa maneira de aprender a pensar e questionar mais claramente, sobre diversos assuntos. Os métodos do pensamento filosófico podem ser úteis em variadíssimas situações, uma vez que, ao analisar argumentos a favor e contra qualquer posição, adquirimos aptidões que podem ser aplicadas noutras áreas da vida.

Verifiquei que os alunos gostam de ser confrontados com questões desafiantes e pertinentes, que os levem a confrontar-se com ideias díspares, o que originou debates bastante enriquecedores e profícuos.

Por fim, concluo com satisfação que os objetivos a que me propus inicialmente, de uma forma geral, foram atingidos. Notei que os alunos após a lecionação, mostraram maior percepção e domínio dos conceitos da temática em causa, objeto deste estudo.

Bibliografia citada

- AA.VV. (1989-1992). *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, vol. 2. Lisboa: Editorial Verbo, cols. 1136-1137.
- AIRES, A. TEIXEIRA, C., MURCHO, D., MATEUS, P., GALVÃO P. (2012), *A Arte de Pensar*, Lisboa, Editora Plátano.
- BARDIN, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- CORTINA, A. (2006). *Ética Mínima*. Madrid: Editorial Tecnos.
- FORTIN, M. F. (1999). *O processo de investigação: da conceção à realização*. Loures: Lusociência.
- GOMES, M. A. (1993). A formação da Consciência dos Jovens. Separata de *COMMUNIO*. Vol. X.
- KANT, I. (2005). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, trad. Lisboa: Ed.70.
- MILL, J. S. (2005). *Utilitarismo*, trad. Lisboa: Gradiva.
- MOSTERIN, J. (1987). *Racionalidad y Acción Humana*. Madrid: Alianza Ed.
- PAIVA, M., TAVARES, O., BORGES, J. F. (2007). *Contextos*. Porto: Porto editora.
- RACHELS, J. (2004). *Elementos de Filosofia Moral*, trad. Lisboa: Gradiva.
- RACHELS, J. (1971). “Egoism and Moral Skepticism”, in SOMMERS, C. & SOMMERS, F. (1993) *Vice and Virtue in Eeveryday Life*. Fort Worth: Harcout Brace Jovanovich.
- SEARLE, J. (1997). *Mente, Cérebro e Ciência*, trad. Lisboa: Edições 70.
- SERRÃO, D. & NUNES, R. (1998). *Ética em Cuidados de Saúde*. Porto: Porto Editora.
- HESSEN, J. (1944). *Filosofia dos Valores*, trad.Coimbra: Arménio Amado.

Sites consultados

http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/MLR_MA_14751.pdf acedido em 21 de outubro 2013.

<http://filosofiadareligiao.no.sapo.pt/caso%202.doc> acedido em 21 de outubro 2013.

<http://afilosofia.no.sapo.pt/10valeticos.htm> acedido em 23 de outubro 2013.

Outra bibliografia

ALVES, M. M. (2000). *Ser professor em tempos pós-modernos: Contributo para o estudo dos novos papéis dos professores face à inovação pedagógica*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

BAUMAN, Z. (2007). *A Vida Fragmentada: Ensaio sobre a Moral Pós-Moderna*, trad. Lisboa: Relógio D'Água.

BENTHAM, J. (1781). *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*, trad. São Paulo: Abril Cultural.

CAETANO, A. P. e SILVA, M. L. (2009). Ética profissional e Formação de Professores. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, n.º8 Jan/Abr., pp. 49 – 60.

CUNHA, P. D. (1996). *Ética e Educação*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

ESTRELA, A. (1994). *Teoria e prática de observação de classes. Uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora.

FRANKL, G. (2003). *Os Fundamentos da Moralidade: Uma Investigação da origem e Finalidade dos Conceitos Morais*, trad. Lisboa: Bizâncio.

GALVEIAS, M. F. C. (1997). Significações de Ordem Moral atribuídas pelos professores ao seu papel educativo no contexto de interação pedagógica. *Revista de Educação*, vol. VI, n.º2, pp. 43-56.

KANT, I. (1989). *Crítica da Razão Pura*, trad. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- MORIN, E./ PRIGOGINE, I. e outros (1998). *A Sociedade em Busca de Valores – Para fugir à alternativa entre o Ceticismo e o dogmatismo*, trad. Lisboa: Instituto Piaget.
- NORTHWAY, M. L. & Weld, L. (1976). *Testes Sociométricos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PATRÍCIO, M. (1995). Formação de professores e Educação Axiológica. *Revista de Educação*, vol. V, n.º1, pp. 11-21.
- RACHELS, J. (2009). *Problemas da Filosofia*, trad. Lisboa: Gradiva.
- RENAUD, I. (2001). A noção de dever na ética contemporânea, in: *Temas fundamentais de ética. Actas do colóquio de homenagem ao Prof. P. Roque Cabral, S.J.*, Braga: Faculdade de Filosofia da UCP, pp. 31 – 44.
- RESWEBER, J. P. (2002). *A Filosofia dos valores*, trad. Coimbra: Almedina.
- SAVATER, F. (2005). *Ética para um jovem*, trad. Lisboa: Dom Quixote.
- SEIÇA, A. (2003). *A docência como praxis ética e deontologia. Um estudo empírico*. Lisboa: Departamento de Educação Básica.
- WESTON, A. (2002). *Ética para o dia – a dia*, trad. Lisboa: Ésquilo.

Anexos.....	53
Anexo 1 - Projeto de intervenção	54
Anexo 2 - Ficha sociométrica da turma (recolha de alguns dados)	65
Anexo 3 - Exemplo de planificações	67
Anexo 4 - Exemplo de materiais para lecionação	70
Anexo 5 - Exemplo de uma ficha qualitativa	73
Anexo 6 - Exemplo de uma ficha quantitativa	75
Anexo 7 - Exemplo de um guião de aula.....	77
Anexo 8 - Exemplo de um cartaz de atividades extracurriculares realizadas na escola no âmbito da filosofia	78
Anexo 9 - Ficha questionário aplicada aos alunos para investigação	79



Universidade do Minho

Instituto de Educação

**PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA SUPERVISIONADA NO
ÂMBITO DO MESTRADO EM ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO
SECUNDÁRIO**

A Consciência Moral na Dialética Socrática

Supervisão: Professor Doutor Artur Manuel Sarmiento Manso (Universidade do Minho)

Orientação: Professora Maria Clara Gomes (Escola Secundária de Alberto Sampaio)

Mestranda: Maria Rosalina da Silva Marques Fernandes (PG20814)

Local: Braga

Braga, 30 de Novembro de 2012

Índice

Tema e objetivos:	56
Caraterização da escola:	57
Caraterização da turma:	58
Enquadramento contextual:	58
Enquadramento teórico:.....	59
Metodologia:.....	61
Questões a investigar:	61
Objetivos:	61
Estratégias de intervenção:	62
Calendarização:	63
Referências Bibliográficas:.....	64

A Consciência Moral na Dialética Socrática

Tema e objetivos:

Neste projeto pretende-se abordar conteúdos temáticos presentes no programa de Filosofia do 10ºano, a saber: a ação humana, os valores, valores e cultura, ética e moral e perspectivas da fundamentação da moral (ética deontológica e ética teleológica ou utilitarista). Este estudo tenta perceber qual o papel da consciência moral na vida prática dos alunos e se os conteúdos lecionados na disciplina de Filosofia, são um veículo transmissor de conhecimento que preparam os alunos para a convivência em sociedade e a resolução dos problemas práticos do dia-a-dia.

A finalidade deste projeto sugere a apreensão/compreensão e aplicabilidade dos seguintes conceitos:

- Distinção concetual entre moral, ética, intenção e norma.
- Compreensão da indissociabilidade da relação consigo mesmo, com os outros e com as instituições no agir ético.
- Questionamento da fundamentação da moral e dos critérios de apreciação da moralidade dos atos humanos, contrapondo a análise comparativa de duas perspectivas filosóficas.
- Compreensão/diferenciação da liberdade moral, responsabilidade, consciência moral.
- Aplicação dialógica/socrática no critério de valoração do agir humano.

Caraterização da escola:

A Escola Secundária de Alberto Sampaio (ESAS) fica situada na freguesia de S. Lázaro da cidade de Braga, remontando a sua origem a 1884, ligada ao ensino técnico. Entre 2009 e 2010, as instalações escolares foram objeto de requalificação, no âmbito da intervenção do Parque Escolar, E.P.E., reunindo, atualmente, as condições essenciais ao desenvolvimento da ação educativa.

Para responder à heterogeneidade da comunidade educativa que serve, a Escola apresenta na sua oferta formativa todas as modalidades de formação de nível secundário: cursos científico-humanísticos; cursos profissionais; cursos de educação e formação de adultos; formações modulares; reconhecimento, validação e certificação de competências; e português para todos, orientado para estrangeiros. De acordo com os dados extraídos do Perfil de Escola, a população escolar, em 2012-2013, é constituída por 1716 alunos. Destes, 1299 (47 turmas) frequentam os cursos científicos-humanísticos regulares, 384 (17 turmas) os cursos profissionais e os cursos de educação e formação de adultos.

Relativamente à ação social escolar, verifica-se que 78,7% dos alunos dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário não beneficiam de auxílios económicos. Já no que respeita às tecnologias da informação e comunicação, 72,2% dos alunos do ensino secundário têm computador e *internet*.

Os indicadores relativos à formação académica dos pais e encarregados de educação permitem verificar que 9,2% têm formação superior e 15,9% secundária e superior. Quanto à ocupação profissional, 12,9% exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio.

A equipa docente é constituída por 197 professores, dos quais 86,8% são do quadro da Escola, ou de zona pedagógica. O pessoal não docente é constituído por 42 trabalhadores, dos quais, 27 assistentes operacionais e 15 assistentes técnicos, tendo a maioria contrato em funções públicas por tempo indeterminado.

No ano letivo 2010-2011, ano para o qual existem referentes nacionais calculados, a idade média dos alunos situa-se claramente abaixo da mediana nacional, o que sugere uma reduzida incidência de retenções no percurso escolar dos alunos que

frequentam a escola. Cerca de 74% dos alunos não têm auxílios económicos, no âmbito da ação social escolar, valor que está em linha com a mediana nacional. Quanto às profissões dos pais e encarregados de educação de técnico superior ou intermédio e à formação de nível superior e secundário e superior, a sua distribuição mostra que se encontram abaixo da mediana nacional.

Caraterização da turma:

A turma C, do 10º ano, do Curso de Ciências e Tecnologias, é constituída por 28 alunos, dos quais 20 são rapazes e 8 raparigas. As idades são compreendidas entre os 14/15 anos. É uma turma bastante heterogénea, participativa, interessada e dedicada pelas temáticas do programa de Filosofia. Na sua maioria demonstram grandes aptidões e interesses pelas novas tecnologias.

Enquadramento contextual:

O presente projeto de intervenção pedagógica supervisionada será aplicado na turma C, do 10º ano, na disciplina de Filosofia do Curso de Ciências e Tecnologias. Visa em consonância com a temática abordada na unidade III “ Os Valores: Análise e compreensão da experiência valorativa”, e em conformidade com as subunidades integrantes da IV unidade, “As dimensões pessoal e social da ética; “A necessidade da fundamentação da moral”, onde se pretende esclarecer conceitos nucleares tais como: os valores, valores e cultura, ética e moral e perspetivas de fundamentação da moral (ética deontológica, ética teleológica ou utilitarista). A pertinência do estudo prende-se com as noções axiológicas/éticas partilhadas/adquiridas pelos discentes numa dinâmica dialógica socrática, assim como o feedback/filtro a posteriori da sua aplicabilidade em situações concretas da vida quotidiana.

“A moralidade requer que sejamos altruístas. Até que ponto devemos ser altruístas é uma questão de difícil resposta (...).

E as pessoas ajudam-se de facto, entre si, de formas mais ou menos significativas. Fazem favores umas às outras. Constroem abrigos para os deserdados. Fazem voluntariado em hospitais. Doam órgãos e oferecem sangue. Mães sacrificam-se pelos filhos. Bombeiros arriscam a vida para salvar pessoas. Freiras passam as suas vidas a trabalhar entre os pobres. A lista poderia continuar sem parar.” (Rachels. J. 2004: p. 98).

Enquadramento teórico:

O seguinte estratagema de cariz prático/reflexivo e dialógico pretende despertar as consciências dos discentes não só para a distinção entre o bem e o mal, o certo e o errado, como também para o esclarecimento do que é a moral e a ética e, por conseguinte como se constrói uma consciência moral.

Etimologicamente moral provém do latim “mores” que significa hábitos ou costumes, ética resulta do grego “ethos” que significa maneira de proceder, de se comportar, costume e caráter. Usualmente estes dois conceitos são referidos para designar a mesma coisa, de facto o fio que os separa aparentemente é bastante ténue. No entanto, Cortina (2006) apresenta a possibilidade de distinção destes dois níveis distintos de reflexão filosófica. No que respeita às ações humanas orientadas por normas morais apresenta-se como sendo do foro da moral, no que concerne ao conjunto de normas e juízos morais vigentes numa determinada sociedade é tutelada pela competência da ética enquanto reflexão de primeiro nível sobre a moral.

A ética é uma disciplina tradicional da filosofia, também conhecida por filosofia moral, que se propõem refletir e compreender a moral com vista à fundamentação última do agir humano. Dentro deste âmbito temos a ética normativa, a ética aplicada e a metaética. A primeira procura encontrar os princípios morais fundamentais que orientam a conduta humana, e o que permite distinguir as ações corretas das incorretas (bem/mal), questiona as regras e os princípios a adotar para se saber o certo do errado.

A segunda analisa casos particulares, como a eutanásia, a guerra nuclear, o aborto, o tratamento às minorias éticas entre outros, na tentativa de indicar soluções para esses problemas. Por último, a metaética que é a terceira área principal da filosofia moral, distingue-se das outras duas não só por ser mais abstrata, mas também por não possuir um carácter normativo/descritivo. Nesta área, o objetivo não é saber o que devemos fazer ou valorizar, isto é, não é defender determinados juízos morais — na metaética discute-se antes o que querem dizer, os nossos juízos morais e como podemos avaliá-los. Procura descobrir a origem, a natureza e o significado dos princípios éticos, estuda os conceitos e os juízos morais.

“ Desde o nascimento da filosofia tem-se procurado encontrar paulatinamente uma distinção entre dois níveis lógicos: o da moral e o da filosofia moral, que, em repetidas ocasiões, tem recebido o nome de «ética». Ao primeiro de ambos os níveis correspondem aqueles códigos e juízos que pretendem regular as ações concretas dos homens, oferecendo normas de atuação com conteúdo para a pergunta «que devo, como homem, fazer?». (...)

Este tipo de reflexão ligada ao agir humano concreto expressa em juízos prescritivos recebeu habitualmente o nome de «moral» e é tão antigo como a humanidade. No entanto, o nascimento da Filosofia trouxe consigo a configuração progressiva de um segundo nível reflexivo acerca dos já existentes juízos, códigos e ações morais que recebeu como denominações mais comuns as de filosofia moral» e «ética». (Cortina, A. 2006: p.81)

Pretende-se através do método socrático, levar os alunos a refletir sobre a importância do enquadramento moral/ético nas suas experiências quotidianas com exemplos concretos da sua atividade humanas. A exigência proposta é o despertar para uma consciência moral (já existente) feita a partir de exemplos vividos e pela compreensão daquilo que eles entendem como valores, de que forma foram apreendidos (ecológico - social, familiar, afetivos, psicológicos, escolar e outros), assim como são aplicados e hierarquizados e qual aplicabilidade que os mesmos fazem deles ou não.

Serão também apresentadas e exploradas concepções distintas da moral, como a teleológica, a utilitarista e a deontológica.

Metodologia:

O projeto assentará, preferencialmente, na metodologia de investigação-acção, à qual se ligará diretamente o designado método socrático que com a dialética que o caracteriza, se aplicará no sentido de perceber como se vai desenvolvendo no tempo de aplicação do projeto, a consciência moral dos 28 alunos do 10º ano da turma C do curso de Ciências e Tecnologias, da Escola Secundária de Alberto Sampaio.

Questões a investigar:

As questões do foro exploratório para o projeto em vigor são as seguintes:

- Como distinguir ações boas de ações más?
- Quais os critérios utilizados para fundamentar o certo e o errado?
- O que são valores subjetivos e objetivos?
- É condição necessária ao ser humano ter uma consciência moral?
- Qual é a importância da consciência moral?
- Como sei se estou a agir moralmente bem?
- Todos os dias utilizamos a consciência moral?

Objetivos:

Para o presente trabalho, foram traçados os seguintes objetivos:

1. Compreender diferentes conceitos ligados à ética e à moral;
2. Verificar em que medida os discentes aplicam os diferentes conceitos ligados à ética e à moral;

3. Evidenciar se os alunos conseguem discernir o bem do mal, o certo do errado, o justo do injusto.
4. Apurar a aplicabilidade dos conteúdos lecionados nas aulas de Filosofia na vida quotidiana dos discentes.

Estratégias de intervenção:

As estratégias de intervenção são as seguintes:

- Testes sociométricos.
- Grelhas de observação e análise do comportamento dos alunos.
- Questionários aos alunos (teste diagnóstico para averiguar se os discentes dominam, ou não, conceitos divergentes; diversificar exemplos práticos da vida quotidiana no sentido de se apurar se os alunos distinguem o bem do mal. Posteriormente, no fim da leção das diferentes temáticas será ministrado aos discentes o mesmo questionário, no sentido de se verificar a aquisição de novos conhecimentos pelos alunos e da aplicabilidade das temáticas lecionadas nas aulas de Filosofia).
- Realização de um debate por meio do diálogo socrático, com o intuito de se promover o desenvolvimento do raciocínio, da capacidade de argumentação e de problematização dos alunos, no sentido de fomentar nos discentes a importância de ouvir e de saber ouvir, promovendo o respeito e a aceitação da diferença.

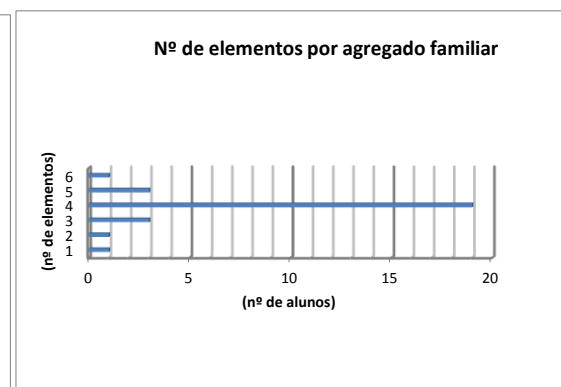
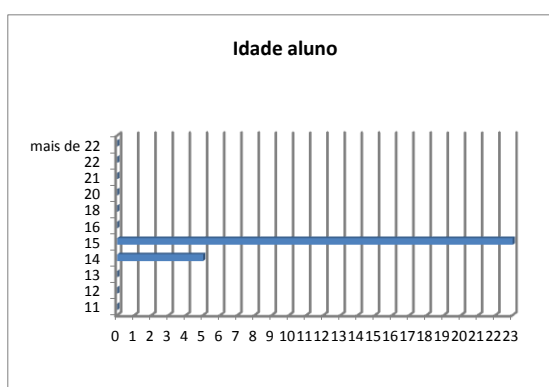
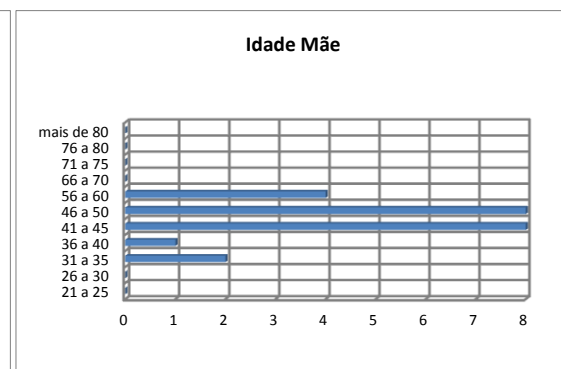
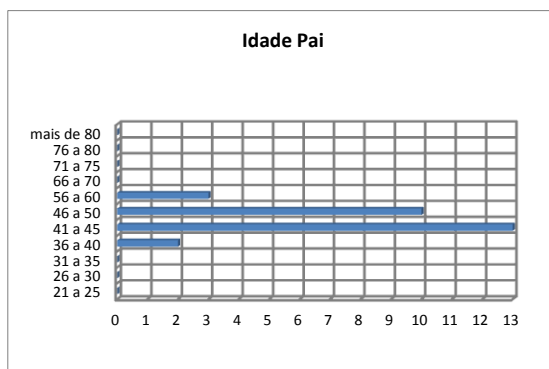
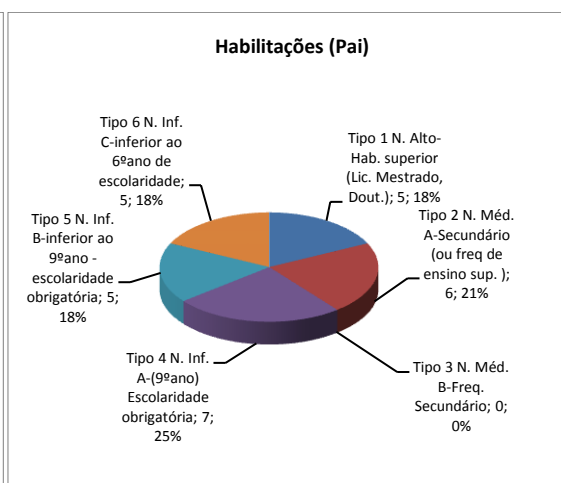
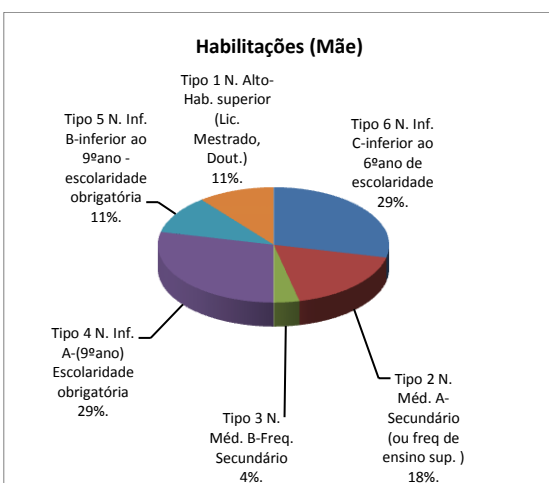
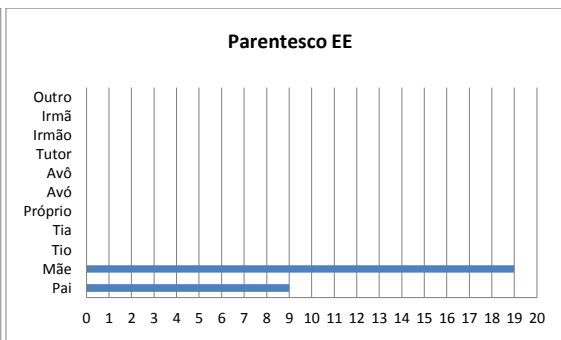
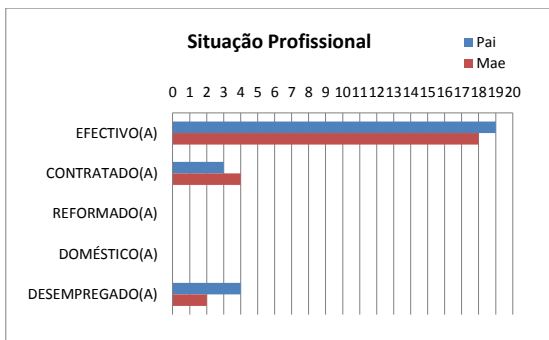
Calendarização:

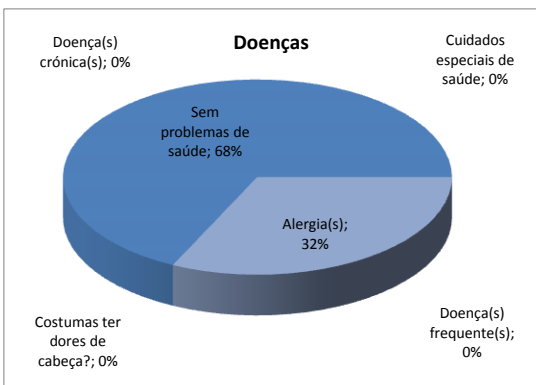
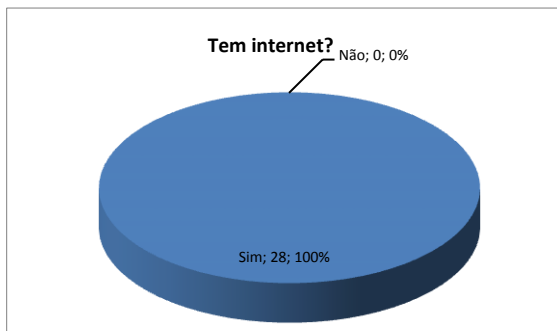
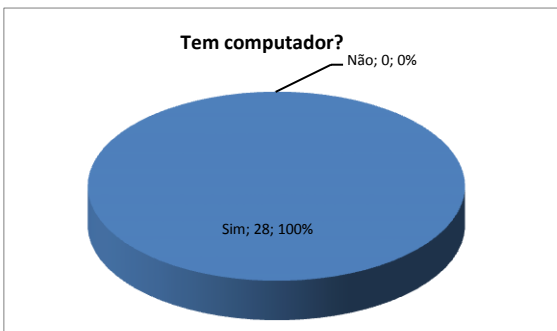
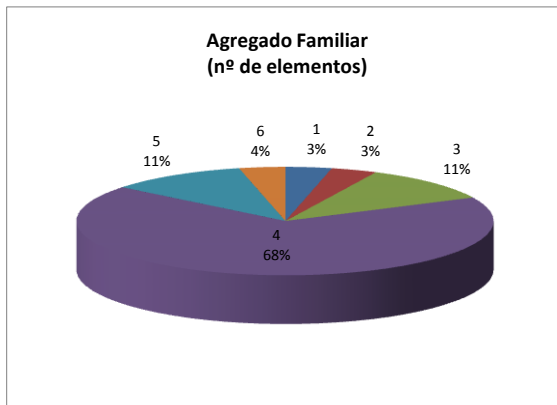
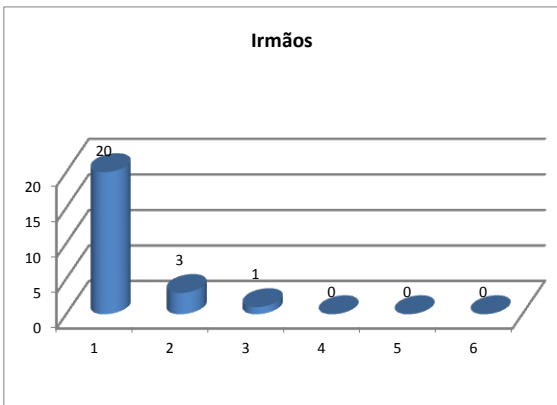
- Outubro de 2012 a Fevereiro de 2013 – Observação, Revisão Bibliográfica e elaboração do projeto supervisionado
- Janeiro 2013 – Desenvolvimento do questionário
- Fevereiro a Maio de 2013 – implementação do projeto
- Fevereiro a Abril de 2013 – Aplicação do questionário
- Junho 2013 – Avaliação do projeto
- Maio a Outubro de 2013 – Elaboração do Relatório de Estágio

Referências Bibliográficas:

- ALVES, Maria Margarida (2000). *Ser professor em tempos pós-modernos: Contributo para o estudo dos novos papéis dos professores face à inovação pedagógica*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- CAETANO, Ana Paula e SILVA, Maria de Lurdes (2009). Ética profissional e Formação de Professores. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, n.º8 Jan/Abr., pp. 49 – 60.
- CORTINA, A. (2006), *Ética Mínima*, Madrid, Editorial Tecnos.
- ESTRELA, Albano (1994). *Teoria e prática de observação de classes. Uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora.
- ESTRELA, Maria Teresa (2003). Pensamento Ético-deontológico de Professores em Estudos Portugueses. *Cadernos de Educação*, n.º 4. Brasil.
- GALVEIAS, Maria de Fátima Cid (1997). Significações de Ordem Moral atribuídas pelos professores ao seu papel educativo no contexto de interação pedagógica. *Revista de Educação*, vol VI, n.º2, pp. 43-56.
- HESSEN, Johannes (1944). *Filosofia dos Valores*. Coimbra: Arménio Amado.
- KANT, I. (2001). *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: F.C.G.
- KANT, I. (2005). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Ed.70.
- MILL, J. S. (2005). *Utilitarismo*. Lisboa: Gradiva.
- MOSTERIN, J. (1987). *Racionalidad y Acción Humana*, Madrid, Alianza.
- NORTHWAY, M. L. & Weld, L. (1976). *Testes Sociométricos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- PATRÍCIO, Manuel (1995). Formação de professores e Educação Axiológica. *Revista de Educação*, vol. V, n.º1, pp. 11-21.
- RACHELS, J. (2004). *Elementos de Filosofia Moral*, Lisboa, Gradiva.

Anexo 2- Ficha sociométrica da turma (recolha de alguns dados)





Anexo 3 – Exemplo de planificações



ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBERTO SAMPAIO

Plano de aula

Nível: Filosofia /10ºano Unidade: A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA: Análise e compreensão da experiência convivencial. Subunidade: A necessidade de fundamentação da moral. A ética deontológica de Kant.		Turma: 10º C Liçãº 39	Professora estagiária: Rosalina Fernandes		
Sumário: A necessidade de fundamentação da moral. - A ética Kantiana: agir por dever. - Distinção entre ações. - A vontade boa.					
Conteúdos	Objectivos	Actividades/Estrategias	Materiais	Avaliação	Tempo
- A ética kantiana como ética deontológica/ética consequencialista. - A ética Kantiana: agir por dever. - A ação ética na sua tripla dimensão. - A vontade boa. Conceitos: - Ética deontológica; - Máxima; -Vontade boa. - Liberdade moral.	- Compreender a fundamentação da moral segundo Kant. - Entender a posição Kantiana como ética deontológica: agir por dever. - Distinguir os tipos de ações na ética Kantiana. - Saber em que consiste a vontade boa.	- Exposição dialogada com os alunos para a compreensão dos conceitos. - Leitura, análise e interpretação do texto do manual, pág. a 173 (Immanuel Kant, <i>Fundamentação da metafísica dos costumes</i> 1785). - Exemplos elucidativos da distinção entre ações. - Resolução de atividades; (questões de revisão do manual, pág.174).	- Quadro da sala de aula e marcador - Manual “ <i>A Arte de Pensar</i> ”. - PowerPoint	- Contínua; - Formativa; - Participada; reflexiva - Intervenções orais. - Avaliação da compreensão dos conteúdos lecionados.	1 Aula de 90m



ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBERTO SAMPAIO

Plano de aula

Nível: Filosofia /10ºano Unidade: A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA: Análise e compreensão da experiência convivencial. Subunidade: Ética, direito e política.		Turma: 10º C Lição nº50 12-04-2013	Professora estagiária: Rosalina Fernandes		
Sumário: O problema da justiça social. A perspetiva de Rawls: justiça como equidade. - A posição original. - Os princípios da justiça.					
Conteúdos	Objectivos	Actividades/Estratégias	Materiais	Avaliação	Tempo
<ul style="list-style-type: none"> - O prolema da justiça social. - Justiça como equidade; - A justiça segundo Rawls; - A posição original. - Princípios da justiça. <p>Conceitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Justiça social; - Equidade; - Posição original (véu de ignorância); - Princípios de justiça: Princípio da liberdade; princípio da oportunidade justa e o princípio da diferença. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perceber o problema da justiça social (sociedade justa). - Compreender/problematizar as questões relacionadas com a justiça social na constituição da sociedade segundo Rawls. - Compreender o problema central da teoria da justiça de J. Rawls. - Perceber em que consiste a posição original (véu de ignorância). - Analisar os princípios da justiça segundo Rawls. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contextualização do autor. - Exposição dialogada sobre: o problema da justiça social. - Explicar o conceito de sociedade justa, entendido por Rawls. - Exposição/análise do conceito de justiça social segundo Rawls. - Análise e leitura do texto do manual págs.215/216 para compreensão da posição original (situação hipotética ou imaginária; o véu de ignorância). - Explicar os princípios de justiça segundo Rawls. 	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro da sala de aula e marcador - Manual “ <i>A Arte de Pensar</i>”. - PowerPoint 	Avaliação: <ul style="list-style-type: none"> - Continua - Formativa - Participada - Intervenções orais. - Empenho e responsabilidade no trabalho. 	1 Aula de 90m



ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBERTO SAMPAIO



Plano de aula

<p>Nível: Filosofia /10ºano Unidade: A DIMENSÃO RELIGIOSA: Análise e compreensão da experiência religiosa. Subunidade: As dimensões pessoal e social das religiões.</p>	<p>Turma: 10º C Lição nº58 15-05-2013</p>	<p>Professora estagiária: Rosalina Fernandes</p>			
<p>Sumário: O problema da epistemologia da fé. A ética da crença - A posição de William Clifford. O caso especial da crença religiosa – A posição de William James.</p>					
Conteúdos	Objectivos	Actividades/Estratégias	Materiais	Avaliação	Tempo
<p>- O problema da epistemologia da fé.</p> <p>- A ética da crença de W. Clifford.</p> <p>- O caso especial da crença religiosa;</p> <p>Conceitos:</p> <p>- Crente, agnóstico, ateu, Crença e fé.</p>	<p>- Enunciar e compreender as questões relativas ao problema da epistemologia da fé.</p> <p>- Compreender a perspectiva de Clifford no que concerne à irracionalidade de acreditar em algo sem provas.</p> <p>- Entender a posição de W. James relativamente à crença de Deus mesmo sem provas suficientes.</p>	<p>- <u>Exposição dialogada sobre:</u> o problema da epistemologia da fé.</p> <p>1.1. A dimensão pessoal e social da crença religiosa.</p> <p>1.2. <u>Leitura e análise do texto</u> do manual pág.102 (o armador do navio).</p> <p>- Debate orientado sobre a perspectiva de W. James com recurso ao PowerPoint, leitura do texto do manual, págs. 103/104.</p> <p>- Análise comparativa das duas posições em síntese, com recurso ao PowerPoint.</p> <p>- Análise crítica e filosófica da legitimidade da crença religiosa.</p>	<p>- Quadro da sala de aula e marcador</p> <p>- Manual “A Arte de Pensar”.</p> <p>- PowerPoint</p> <p>- Projetor.</p>	<p>Avaliação:</p> <p>- Continua</p> <p>- Formativa</p> <p>- Participada</p> <p>- Intervenções orais.</p> <p>- Espírito crítico e reflexivo.</p> <p>- Avaliação dos conteúdos lecionados.</p> <p>- Caderno diário.</p>	<p>1</p> <p>Aula de</p> <p>90m</p>

Anexo 4 - Exemplo de materiais para lecionação

A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA: Análise e compreensão da experiência convivial.

A necessidade de fundamentação da moral. A ética kantiana

A necessidade da fundamentação da moral: dois tipos de teorias

Problema

Qual o **fundamento** da moralidade?
- O que faz com que uma ação seja boa ou má.

Qual o **critério** para avaliar a moralidade das ações?

Dois tipos de teorias:


- **Teorias deontológicas** (deriva etimologicamente do grego "deon" que significa **dever**) - o critério para avaliar a moralidade das ações é o seu respeito pelos princípios.
- **Teorias consequencialistas** (deriva etimologicamente do grego "telos" que significa **finalidade ou fim**) - o critério para avaliar a moralidade das ações são as suas consequências.

Distinção entre a teoria deontológica e teoria teleológica

Deontológicas	Consequencialistas (ou teleológicas)
Teorias que fazem depender a moralidade de uma ação do cumprimento dos princípios	Teorias que fazem depender a Moralidade de uma ação das suas consequências
Devemos agir por obediência a regras	Devemos escolher a ação que tem as melhores consequências globais
Exemplo: para Kant mentir é errado ainda que do ato de mentir resultem benefícios	Exemplo: para Stuart Mill mentir não é errado por princípio, mas em função das consequências
Kant pergunta: qual foi a intenção/motivo da ação?	Mill pergunta: quais as consequências das ações?

Sumário: A necessidade da fundamentação da moral. A ética kantiana
Agir por dever: distinção entre ações. 1ª aula
- À vontade boa.

Contextualização do autor (Iluminismo)




Immanuel Kant (1724-1804)

Kant foi um dos filósofos mais influentes de sempre. Desenvolveu as suas ideias de forma sistemática, abrangendo quase todas as áreas centrais da Filosofia: Ética, Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Metafísica, Estética e Filosofia da Religião. Alemão, viveu toda a sua vida na cidade prussiana de Königsberg (hoje uma cidade russa chamada Kaliningrado), onde foi professor universitário.

Em ética foi o mais famoso defensor do deontologismo, um tipo de teoria que não tem em conta as consequências das ações, mas apenas as intenções de quem age. Das suas obras mais importantes destacam-se a *Crítica da Razão Pura* (1781), *Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura* (1783), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (1785), *Crítica da Razão Prática* (1788), *Crítica da faculdade de julgar* (1790).

O que são máximas?

Na ética deontológica de Kant, as máximas são os princípios que indicam o que leva as pessoas a agir. Para Kant o valor moral de um ato depende primariamente, não daquilo que se faz, mas da máxima que está subjacente àquilo que se faz. Exemplos:



As máximas são princípios que indicam o motivo das ações.

Um comerciante que não engana os clientes pode agir segundo a máxima "Devemos ser honestos".

"Nunca mentirei para evitar magoar as pessoas".

"Cumprirei as minhas promessas só quando isso for do meu interesse".

"Devo agradecer quando me dizem coisas simpáticas".

Agir por dever: distinção entre ações

Kant pensa que o cumprimento das regras e normas morais, segundo o que julgamos ser o nosso dever, **é o ponto chave para a justificação da moralidade** (Fundamentação da Metafísica dos Costumes)

• Em que circunstâncias uma ação é boa?
• Basta respeitar as regras? Ver texto manual pág. 173

Segundo Kant, o único motivo que pode dar origem a uma ação moralmente válida é o sentimento **Puro respeito pelo dever**. O autor distingue 3 tipos de ações:

1	2	3
Ações contrárias ao dever	Ações meramente conformes ao dever	Ações por dever
Ações que violam o dever	Ações que cumprem o dever não porque é correto fazê-lo mas porque dá resultado um benefício ou a satisfação de um interesse (um fim).	Ações que cumprem o dever porque é correto fazê-lo. O cumprimento do dever é o único motivo em que a ação se baseia.
Ex: Matar, roubar, mentir.	Ex: Não roubar por receio de ser castigado.	Ex: Não roubar porque esse ato é errado.

A moralidade das ações resulta do cumprimento do dever
Exemplos/exercícios

Classificação das ações, segundo a moral kantiana

<p>Conforme o dever</p> <p>"O comerciante que mantém os preços baixos para não perder os clientes"</p>	<p>Por dever</p> <p>"Aristides de Sousa Mendes e Oskar Schindler, durante a segunda guerra mundial, salvaram muitos judeus, fazendo o que consideravam correto e não o que era mais fácil fazer, nem o que lhes traria mais benefícios"</p>
<p>Contrário ao dever</p> <p>"O comerciante que explora os clientes"</p>	<p>Contra o dever</p> <p>"Copiei no teste de Filosofia, pois não tinha estudado"</p>
<p>Por dever</p> <p>"O comerciante não aumenta os preços porque esse é o seu dever"</p>	<p>Contra o dever</p> <p>"Estudei muito, por isso tirei boas notas"</p>
<p>Conforme o dever</p> <p>"Não deves roubar, senão Deus castiga-te"</p>	<p>Conforme o dever</p> <p>"Estudei muito, por isso tirei boas notas"</p>

O que é a vontade boa?

• O corpo e a razão não têm as mesmas inclinações.
• A vontade fica sujeita a conflitos entre disposições.
• A vontade fica dividida entre o dever (motivações racionais) e o prazer (inclinações sensíveis).
• A vontade pode escolher (é o livre-arbítrio).
• Nem sempre escolhe o dever (a moralidade).
• Nós nem sempre escolhemos de acordo com a nossa racionalidade. Porquê?

Sensibilidade → **Ser humano** → **Razão**

Sensibilidade: - Sentimentos, - Desejos, - influências, - Impulsos, - prazeres

Razão: - Determinação das leis morais, - Cumprimento de deveres, - Manifestação de autonomia

W → **Vontade** → **Ação**

O ideal moral: tornar a vontade boa

• Quem opta é a razão; quem decide realizar a ação é a vontade (a "faculdade do querer").

Vontade boa

• Devido aos conflitos entre as disposições a vida ética é uma luta.

• Kant propõe como ideal moral o esforço para transformar a vontade dividida e imperfeita numa vontade boa, isto é, numa vontade que se determina a agir por dever.

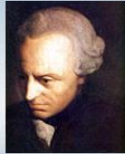
• Só a escolha do dever por dever permite transformar a vontade numa vontade boa.

• Para Kant, o bem último é a vontade boa.

• A vontade que age motivada exclusivamente pelo cumprimento do dever.

A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA: Análise e compreensão da experiência convivencial.

A necessidade de fundamentação da moral. A ética kantiana



Sumário: A ética kantiana-agir por dever. 2ª aula

- O imperativo categórico.
- A fórmula da lei universal.
- A fórmula do fim em si.
- As objeções à ética Kantiana.

As leis da razão e as leis da natureza valem universalmente: imperativo categórico.

As leis naturais são descritivas – dizem como a natureza funciona

As leis morais são prescritivas (normativas)

- prescrevem um comportamento
- são incondicionais e absolutas
- são um imperativo categórico (uma ordem incondicional)

Enunciado do Imperativo Categórico:

Fórmula da lei universal: "Age apenas segundo uma máxima tal que possas, ao mesmo tempo, querer que ela se torne lei universal".

- É uma ordem incondicional.

Fórmula do fim em si: "Age de tal maneira que uses a tua humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio".

- Impõe a ação como necessária, fim em si mesma e impede de tratar os outros como meros meios.

Distinção entre imperativo categórico e imperativo hipotético

Imperativo categórico: é um princípio ou obrigação prática que prescreve que uma ação é boa se, e apenas se, for realizada por puro respeito à representação da lei em si mesma: "Deves fazer X" ou "não deves fazer X" (ex. "deves sempre dizer a verdade"; "nunca deves matar ninguém").

Significa que:

- A regra particular (máxima) que seguimos deve poder ser aceite por todos os seres racionais – universalização.
- A universalização da máxima garante a imparcialidade e a independência do agente em relação aos seus interesses particulares.
- A universalização da máxima torna-a ação boa (moral).

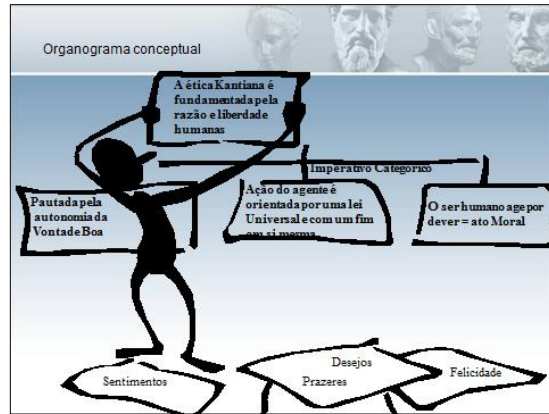
Imperativo hipotético: é um princípio prático que prescreve que uma ação é necessária (é um meio) para conseguir algum propósito ou fim: "se queres X, então terás que fazer Y" (ex. "se quiseres ter boas notas, então terás de estudar muito"; "se queres ser atleta, treina").

As máximas Kantianas

As máximas são regras ou princípios que indicam os motivos dos agentes. A máxima é o princípio geral subjacente à ação. Por exemplo, o Bom Samaritano poderia ter agido segundo a máxima «Ajuda sempre os que precisam se esperas ser recompensado pelo teu incombodo». Ou poderia ter agido segundo a máxima «Ajuda sempre os que precisam quando tens um sentimento de compaixão». Contudo, se o Bom Samaritano agisse moralmente, teria agido provavelmente segundo a máxima «*ajuda sempre os que precisam porque é esse o teu dever*».

1ª: Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal!

2ª: Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como um fim e nunca simplesmente como um meio!



Objeções à ética Kantiana

“Transporte secreto de judeus”

“Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, os pescadores holandeses transportavam, secretamente nos seus barcos, refugiados judeus para Inglaterra, e os barcos de pesca com refugiados a bordo eram por vezes interceptados por barcos patrulha nazis. O capitão nazis perguntava então ao capitão holandês qual o seu destino, quem estava a bordo e assim por diante. Os pescadores mentiam e obtinham permissão de passagem. Ora, é claro que os pescadores tinham apenas duas alternativas: mentir ou permitir que os seus passageiros (e eles mesmos) fossem apanhados e executados. Não havia terceira alternativa; não podiam, por exemplo, manter o silêncio ou fugir aos nazis. Suponhamos agora, agora que se assume as regras “é errado mentir” e “é errado permitir o homicídio de pessoas inocentes” como absolutas. Os pescadores holandeses teriam que fazer uma destas coisas; logo, uma perspectiva moral que proíbe absolutamente ambas é incoerente”.

James Rachels, *Elementos de Filofofia Moral*, Gradiva, pp. 183-184.

Objeções à ética Kantiana

1º. Sabemos que Kant defende deveres absolutos...

1.1. Do cumprimento dos deveres absolutos derivam os conflitos de deveres: ex. se eu tenho o dever de dizer sempre a verdade, e também o dever de proteger os meus amigos, a teoria de Kant não me poderia mostrar o que deveria fazer quando estes deveres entram em conflito. (como analisamos no texto anterior).

1.2. Cumprir deveres absolutos tem consequências inaceitáveis – se não mentissem contribuiriam para a morte de muitas pessoas inocentes... David Ross tenta contornar este problema através daquilo a que chama deveres *prima facie*, ou seja, poder mentir se daí derivar salvar a vida de pessoas inocentes. (ex. o médico deve respeitar o sigilo profissional, e se estiver em causa a vida de uma ou mais pessoas?).

2º. Além das pessoas:

se Kant diz que a nossa obrigação fundamental é o respeito pela pessoa humana, retratada como agente racional, então qual o lugar/estatuto que dará a uma pessoa portadora de Síndrome de Down ou a qualquer pessoa que nasça, ou por acidente se tome deficiente profundo? Onde fica a genuína obrigação fundamental de respeitar as pessoas? Estas pessoas não são consideradas seres humanos plenos, não se coadunam com a ética Kantiana. E os animais (irracionais)? É permissível mal tratá-los? Julgamos ter obrigações morais para com eles e como tal não é permissível tratá-los de qualquer maneira.

Continuação

3º. Os limites da razão:

Ler o diálogo, pág. 179

Kant afirma que a razão, e nada mais, nos impõe a obrigação de agir apenas segundo máximas que possamos querer universalizar, mas não dá atenção às consequências da ação, o que pode levar à aceitação de práticas inaceitáveis.

Ex. “Mata os teus avós”, isto pode ser entendido como uma máxima universal, porque um ser humano pode partilhar desta máxima sem qualquer repúdio (pode um ser humano aguardo da sua velhice aceitar esta máxima), ainda que esta possa ser imoral.

Outra situação prende-se com o papel que a teoria dá a sentimentos nobres como a compaixão, a simpatia, piedade, o remorso, por exemplo, que retiram a qualidade moral ao cumprimento do dever.

Ora, a moralidade não deve ser estritamente racional, como acontece com a ética kantiana. Kant apresenta uma teoria onde os sentimentos intrínsecos ao ser humano não têm lugar e separá-los da moral, como Kant tentou fazer, será ignorar um aspeto central do comportamento moral.

Ficha de trabalho

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBERTO SAMPAIO
FILOSOFIA 10º ANO Turma C – ANO LETIVO DE 2012/2013
Capítulo 9 – A necessidade de fundamentação da moral
Professora estagiária: Rosalina Fernandes



Problema filosófico: Será que existe algum princípio ético fundamental?

“ O que é, pois, agir por dever? Agir por dever é agir em função da reverência pela lei moral; e a maneira de testar se estamos a agir assim é procurar a máxima, ou princípio, com base na qual agimos, isto é, o imperativo ao qual as nossas ações se conformam. Há dois tipos de imperativos: os hipotéticos e os categóricos. O imperativo hipotético afirma o seguinte: age desta ou daquela maneira. O imperativo categórico diz o seguinte: independentemente do fim que desejamos atingir, age desta ou daquela maneira. Há muitos imperativos hipotéticos porque há muitos fins diferentes que os seres humanos podem propor-se alcançar.”

Anthony Kenny, “A Filosofia moral de Kant”. in *História concisa da filosofia ocidental*.p. 347

Para Kant qual é o princípio ético fundamental? Justifica.

2. De acordo com o texto e com o que estudaste nas aulas, quais as diferenças entre imperativo categórico e imperativo hipotético? Dá exemplos para cada um.
3. Segundo Kant, de que depende o valor moral de uma ação?
4. Segundo Kant, o que é agir por dever?
5. O que distingue a ética deontológica da ética utilitarista?
6. Perante as situações seguintes, qual seria a resposta deontológica? E a resposta utilitarista?

- a) Cem inocentes estão prestes a ser fuzilados. No entanto, se o Paulo aceitar a proposta de matar um deles com as suas próprias mãos, todos os outros serão libertados.
- b) O teu país está em guerra. Um dia vão ter contigo e dizem-te que, se tu matares o teu vizinho do lado, a paz será restabelecida.
- c) Um avião descontrolado ameaça despenhar-se sobre um edifício repleto de pessoas. O avião tem um único ocupante - o piloto-, que nada pode fazer a fim de evitar a catástrofe. A única maneira de evitar que a queda do avião mate centenas de pessoas é abatê-lo antes que se despenhe, matando o piloto inocente.
- d) Um aluno descontrolado entra na escola e começa a disparar contra os alunos que vai encontrando pela frente. Entretanto, chegam as forças policiais. A única forma de parar o massacre é abater o aluno descontrolado.



E S A S

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBERTO SAMPAIO

FILOSOFIA 10º ANO Turma C – ANO LETIVO DE 2012/2013

Professora Estagiária: Rosalina Fernandes

Ficha formativa – A dimensão religiosa

Nome-----Nº-----

Das seguintes afirmações assinala as que são verdadeiras ou falsas.

Grupo I

1. A filosofia da religião é um exame crítico das crenças e dos conceitos religiosos fundamentais.		30
2. O mito de Sísifo ilustra uma vida com sentido.		
3. Para Tolstoi, sem Deus que garanta a imortalidade da nossa alma e a permanência do que fazemos, a vida faz sentido.		
4. Para uma vida ter sentido não basta ter uma finalidade.		
5. Para uma vida ter sentido basta ter uma finalidade que possa ser atingida.		
6. Uma vida com sentido pode ter várias finalidades.		
7. Uma das objeções apontadas a Tolstoi consiste no seguinte: o sentido da nossa vida não pode ser afetado pelo que acontece no futuro distante ao que fazemos.		
8. Segundo W. James a crença em Deus é uma opção genuína.		
9. A fé não implica uma forte convicção.		
10. Segundo S. Tomás de Aquino, sem o auxílio da razão, a fé é cega.		

Grupo II

Responde às seguintes questões de forma clara e concisa.

<p>1- A religião e o sentido da existência</p> <p>Tolstoi, na sua obra autobiográfica, <i>Confissão</i>, conta como, quando tinha cinquenta anos e estava no auge do seu sucesso literário, ficou obcecado pelo medo de a vida ser destituída de sentido.</p>	
<p>1.1 Por que razão pensa Tolstoi que, de um ponto de vista mais alargado, a sua felicidade e sucesso não têm qualquer valor?</p>	20
<p>1.2 A que se refere Tolstoi quando fala da relação entre finito e o infinito?</p>	20
<p>2- A ética da crença</p> <p>Muitos descrentes pensam que há algo de errado em crer em Deus sem provas; muitos crentes pensam que não há nada de errado. Quem tem razão? Este é o problema central de uma área importante da filosofia da religião chamada «ética da crença». W. K. Clifford e de William James deram origem à discussão atual.</p>	
<p>2.1 Por que razão defende Clifford que se acreditamos em algo sem provas suficientes estamos a cometer um pecado perante a sociedade?</p>	20
<p>2.2 Por que razão é legítimo, segundo James, acreditar na existência de Deus na ausência de provas suficientes a seu favor?</p>	20
<p>3- Religião, razão e fé.</p>	
<p>3.1 O que distingue o fideísmo da teologia natural?</p>	20
<p>3.2 No argumento ontológico a definição de Deus como o “ser maior do que o qual nada pode ser pensado” significa que Deus é sumamente perfeito. Justifica.</p>	25
<p>3.3 Qual é a ideia principal do argumento cosmológico? Explica-o.</p>	20
<p>3.4 Pensas que a existência de Deus é compatível com a existência do mal? Porquê?</p>	25

Bom trabalho! 😊

Anexo 7 – Exemplo de um guião de aula

Guião da Aula

Disciplina: Filosofia – 10º ano

Unidade: A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA: Análise e compreensão da experiência convivencial.

Subunidade: A ética kantiana- agir por dever.

- A vontade boa.
- O imperativo categórico.

- Registo do sumário e confirmação das presenças;
- Breve nota introdutória sobre o autor (espaço/tempo)
- Introdução e elucidação de conceitos chave para a nova temática:
 - Ética deontológica;
 - A ética kantiana: agir por dever
 - A ação ética na sua tripla dimensão.
 - A vontade boa.
 - O imperativo categórico (princípio ético fundamental - breve introdução).

√ Exposição dialogada e problematização da ética deontológica de Kant;

√ Leitura do texto do manual “ A Arte de Pensar” pág. 173, esclarecimento de terminologia menos acessível para os discentes;

√ Análise do texto abordado, promovendo um processo de participação ativa dos discentes;

√ De forma expositiva e dialogada proceder à exposição, do agir por dever;

√ A ação ética na sua tripla dimensão. (ações contrárias ao dever; conforme o dever; por dever, dando exemplos: do merceiro; o navio norueguês que transporta judeus clandestinos, entre outros).

√ Compreender em que consiste a vontade boa.

√ Avaliar e interpretar o imperativo categórico.

√ Recurso ao PowerPoint, como apoio complementar para compreensão da temática a ser lecionada.

A Professora Estagiária: Rosalina Fernandes

Anexo 8 - Exemplo de um cartaz de atividades extracurriculares realizadas na escola no âmbito da filosofia

ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBERTO SAMPAIO

ÁGORA

Apresenta:

«O objetivo de toda a educação é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele é capaz» Kant



Dia da Filosofia 15-11-2012

PROGRAMA

10h05 - Palestra “O que é a Filosofia?”

Artur Manso (U. Minho)

Auditório Álvaro Carneiro

10h05 - Palestra “O que é aprender na Universidade?”

Henrique Santos (U. Minho)

Auditório Centenário da República

11h30 - Café com Filosofia

Sala de Professores

Organização - Projeto ÁGORA – Grupo de Filosofia



**Mestrado em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário (2ºano – 2ºsemestre)
Ano letivo 2012/2013**

Nome: _____ Nº _____ Turma 10ºC

A Consciência Moral na dialética Socrática

1- O que entendes por consciência moral?

2- A moralidade designa o modo como as pessoas aceitam e cumprem as normas morais. Concordadas com esta afirmação? Justifica.

3- Esclarece o significado e a diferença entre “justo” e “bom”.

4- O que se deve entender por moral?

5- Como se pode distinguir o bem do mal?

6- A consciência moral distingue o bem do mal?

7- É possível falar de liberdade sem se falar de responsabilidade?

Bom trabalho, e obrigada pela vossa colaboração!😊